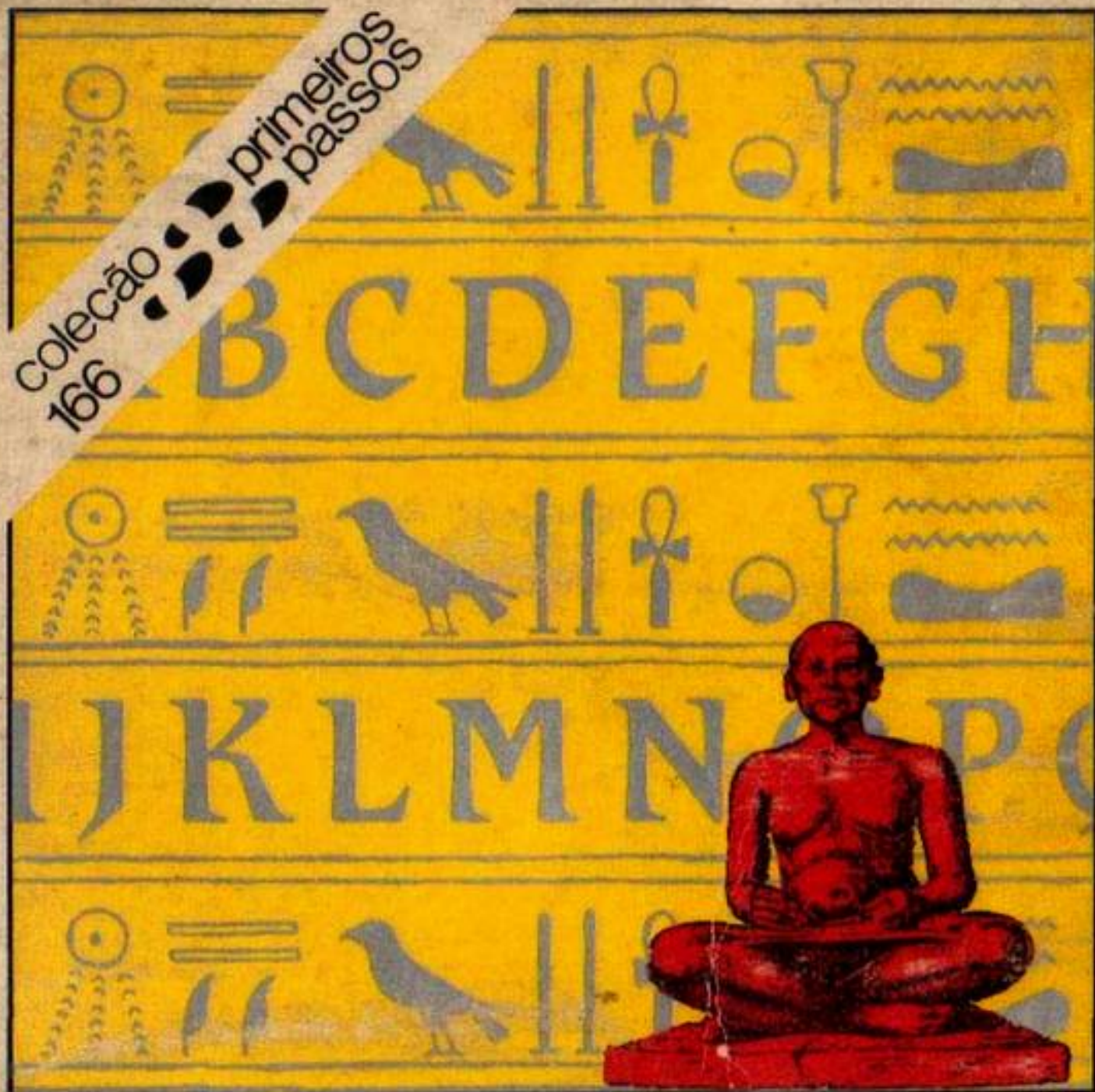


colecção primeiros passos
166



Geir Campos
**O QUE É
TRADUÇÃO**

editora brasiliense

coleção primeiros passos

166

LEITURAS

AFINS

- A Metamorfose — *Franz Kafka*
- Paul Valéry — A serpente e o pensar — *Augusto de Campos*
- Poesia Russa Moderna — *H. Campos/A. Campos/B. Schnaiderman*

Coleção Primeiros Passos

- O que é Arte — *Jorge Coli*
- O que é Leitura — *Maria Helena Martins*
- O que é Literatura — *Marisa Lajolo*
- O que é Português Brasileiro — *Hildo Honório do Couto*
- O que é Semiótica — *Lúcia Santaella*

Coleção Encanto Radical

- Jesus — a.C. — *Paulo Leminski*
- Miitsuô Bashô — *Paulo Leminski*
- Roland Barthes — *Leyla Perrone Moisés*



<http://groups.google.com/group/digitalsource>

Geir Campos

O QUE É TRADUÇÃO



1986

Copyright © Geir Campos

Capa e ilustrações:
Etorre Bottini

Revisão
Lúcia M. Jahn
Márcia Copola



Editora Brasiliense S.A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231 1422

ÍNDICE

— O que é tradução.	7
— O que se diz da tradução.	11
— Um pouco de história.	16
— A máquina de traduzir.	22
— O ensino da tradução.	26
— Modos de traduzir.	30
— Alguns procedimentos técnicos.	34
— Equivalência textual e correspondência formal.	48
— Normas gerais de tradução.	52
— Tradução e comunicação.	57
— Limites da traduzibilidade.	65
— Qualidades de uma tradução.	71
— Associações de tradutores.	75
— Indicações para leitura.	80



Nota da digitalizadora: A numeração de páginas aqui refere-se a edição original, que encontra-se inserida entre colchetes no texto.

Entende-se que o texto que está antes da numeração entre colchetes é o que pertence aquela página e o texto que está após a numeração pertence a página seguinte.

O QUE É TRADUÇÃO

Os dicionários costumam definir tradução como “ato ou efeito de traduzir”. Enquanto ato, leva o tempo que o tradutor emprega no seu trabalho; como efeito, é o que resulta desse trabalho.

E o que é “traduzir”?

O verbo “traduzir” vem do verbo latino *traducere*, que significa “conduzir ou fazer passar de um lado para o outro”, algo como “atravessar”.

Quando, num livro sobre a *Guerra das Gálias*, o autor escreve que *Caesar omnem equitatum pontem traduxit*, o que ele quer dizer é que o imperador conduziu ou fez passar pela ponte toda a sua cavalaria.

E traduzir nada mais é que isto: fazer passar, de uma língua para outra, um texto escrito na primeira delas. Quando o texto é oral, falado, diz-se que há “interpretação”, e quem a realiza então é um “intérprete”. [pág. 07]

A língua em que um texto a traduzir é original-mente escrito pode ter os nomes de língua-fonte ou língua de origem ou língua de partida (em inglês *source language*, em alemão *Ausgangssprach*, em espanhol *lengua de origen*, em francês *langue de départ*). A língua para a qual se faz passar um texto originalmente escrito em outra pode chamar-se língua-meta ou língua-alvo ou língua-termo ou língua de chegada (em inglês *target language*, em alemão *Zielsprach*, em espanhol *lengua término*, em francês *langue d’arrivée*).

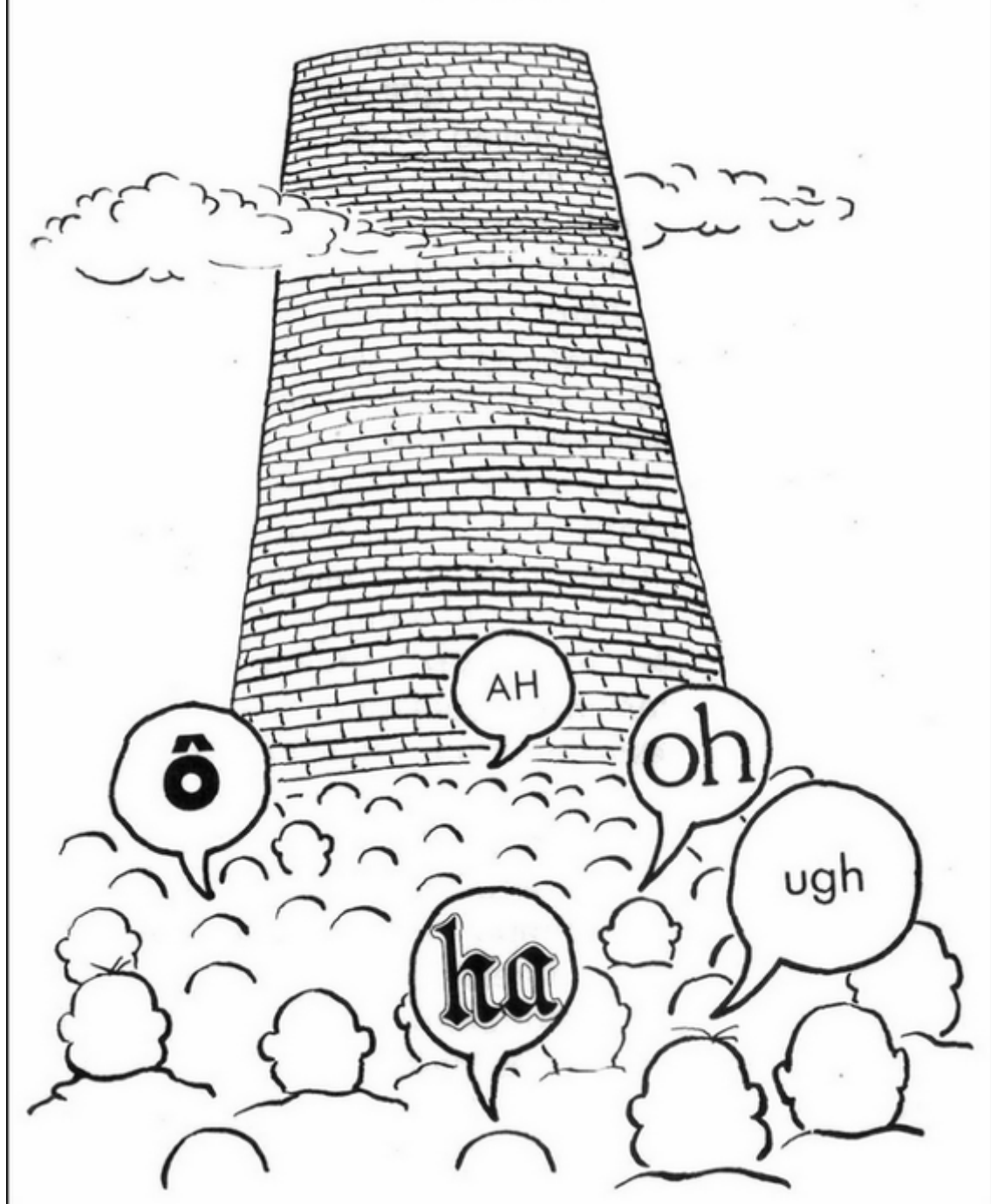
Cada língua funciona como um código. O conjunto dos signos de uma língua constitui o seu léxico, o seu vocabulário. O conjunto de regras que regem as combinações dos signos de uma língua constitui a sua sintaxe; os modos pelos quais podem criar-se novos signos de uma língua constitui a sua morfologia. A sintaxe e a morfologia de uma língua compõem a sua gramática.

A tradução, enquanto passagem de um texto de uma língua para outra, tem a ver ora com o léxico, ora com a sintaxe, ora com a morfologia, da língua da qual se traduz, língua-fonte, e da língua para a qual se traduz, língua-meta.

Voltando ao verbo traduzir, o que o tradutor faz é apenas isto: levar o leitor de uma língua para o lado da língua do autor estrangeiro, ou, inversamente, trazer o autor de uma língua estrangeira para o lado da língua do leitor.

Cada um desses caminhos requer procedimentos [pág. 08]

O processo de tradução carrega consigo a sombra da confusão – a Torre de Babel, por exemplo, teria sido a matriz da prática da tradução, ao menos segundo o mito bíblico.



especiais, decorrentes de uma atitude preliminar do tradutor: são dois caminhos que não se podem misturar, pois toda e qualquer mistura ou confluência há de levar a encruzilhadas onde o que se espalha é a farofa amarela das maiores confusões.

Confusão, por sinal, é o que parece não faltar quando se trata de tradução. Pode-se mesmo dizer que, biblicamente ao menos, a tradução nasceu de uma confusão. Todo mundo conhece a história bíblica da Torre de Babel, uma torre que alguns homens queriam construir altíssima com a pretensão de por ela chegarem ao céu; mas o Senhor dos Exércitos não aprovou o projeto daqueles pretensiosos e resolveu atrapalhar a comunicação na Torre: fez que se confundissem as línguas, um sem compreender o que outro queria dizer, e a incrível construção ficou por terminar, a meio caminho do seu tão almejado objetivo.

A Antigüidade desse mito bíblico, que se lê no *Antigo Testamento*, pode dar uma idéia de como é velha neste mundo a prática da tradução; pois é de imaginar-se que em pouco tempo começasse a haver na Torre de Babel pessoas com certa capacidade de entenderem mais de uma língua ao mesmo tempo, e que essas pessoas entrassem a atuar como elos de comunicação entre .as que tinham línguas diferentes, como intérpretes e tradutoras portanto. E desde aí, desde os seus primórdios, a tradução teve sempre quem se pronunciasse a favor dela ou contra ela. [pág. 10]



O QUE SE DIZ DA TRADUÇÃO

Desde sempre, em todos os tempos e lugares, teóricos e praticantes têm dito o que pensam da tradução, do que ela é ou do que deveria ser. São opiniões que em muitos casos se contradizem, se desdizem, não só no acessório como no essencial; contradições que enfim não bastam para impedir que os tradutores continuem a fazer o seu trabalho, com a sua prática muitas vezes desmentindo a teoria.

A definição mais objetiva é talvez a do ensaísta inglês John Cunnison Catford: “tradução é a substituição de material textual de uma língua por material textual equivalente em outra”; por “material textual” entendem-se tanto os elementos de forma quanto os de conteúdo.

E a definição menos objetiva talvez seja a da psicóloga norte-americana Keith Bosley: “tradução **[pág. 11]** é uma língua fazendo amor com outra”.

Entre a primeira e a segunda, cabem muitas outras definições, umas a favor e outras contra. Dos que opinam contra a tradução, há quem diga que o principal argumento resume-se em que a tradução não é o original.

De fato, se o leitor tiver a esperança de encontrar o texto original em qualquer tradução, por mais fiel que ela seja, verá frustrados os seus propósitos. Mesmo porque nenhuma tradução pode ter a pretensão de substituir o original: é apenas uma tentativa de recriação dele. E sempre cabem outras tentativas. Pode-se dizer que, de um mesmo texto, poderão existir tantas traduções aceitáveis quantos forem os objetivos a que ele puder servir.

De uma peça teatral de William Shakespeare, por exemplo: é tão válida uma tradução em linguagem rebuscada, cheia de expressões equivalentes às da língua inglesa nas formas que apresentava ao tempo do famoso teatrólogo, com inúmeras e úteis explicações em notas de pé de página, para fins de estudo ou pesquisa em gabinete ou em sala de aula, quanto uma tradução na linguagem mais natural e fluente possível, com as explicações indispensáveis inseridas nas falas dos personagens, para fins de encenação no palco de um teatro, onde os espectadores não

têm como averiguar o significado de certas palavras ou expressões.

De um texto científico ou técnico, por outro lado, são tão importantes as traduções feitas em **[pág. 12]** jargão de especialistas, para fins ainda de pesquisa e estudo, quanto as traduções feitas em linguagem comum, para fins de divulgação do assunto entre leigos e curiosos.

Há quem diga, como o alemão Herder, que o melhor dos tradutores há de ser o melhor dos explicadores; diametralmente oposta é a opinião do americano Vázquez-Ayora, para quem traduzir não é explicar nem comentar coisa alguma.

O fato é que, como dizem, não há povo tão isolado que possa dispensar os serviços da tradução. E as traduções afinal estão aí mesmo, pondo em xeque as afirmações de quem diz que tradução é impossível, que tradução não existe, coisas assim...

Pode-se comparar a tradução ao vôo do besouro.

O besouro é um animal que tem tudo para não poder voar: o corpo é rombudo, as patas não se recolhem, as asas são enfiadas num estojo de cascas duras... mas, apesar de todos os pesares, o besouro voa e muito. Com o tradutor dá-se a mesma coisa: cada texto é um complexo de obstáculos e dificuldades aparentemente intransponíveis, lingüísticas e não-lingüísticas; entender o que o autor disse e o que ele quis dizer, na língua dele, é difícil; dizer na língua da gente o que se entendeu na língua do original, não é fácil... mas o tradutor traduz e muito.

E quanto mais difícil parece um texto, maior é o número de tradutores que se candidatam. Exemplo disso é o famoso “soneto de Arvers”, quatorze **[pág. 13]** linhas rimadas com que o cidadão francês Felix d’Arvers — que nem era um dos poetas maiores do seu país ou do seu tempo, houve por bem cantar a própria dor de cotovelo por amar uma mulher que já era de outro homem. Pois o tal soneto fez carreira: só no Brasil foi traduzido por mais de duzentos autores, sem contar as paródias e paráfrases. A impressão que se tem é a de que todo tradutor recebe como um desafio os versos de Arvers, e aceita esse desafio galhardamente, havendo mesmo quem os tenha traduzido mais de uma vez e em mais de uma forma.

Essa variedade de traduções de um mesmo texto elimina a idéia da exatidão da tradução: se fossem todas exatas, haveriam de ser iguais todas as traduções de um mesmo texto, e jamais poderia o mesmo tradutor chegar a soluções diferentes e

todas aceitáveis.

“Tradução completamente exata não existe” — escreve o norte-americano Werner Winter.

“Uma tradução deve ser correta, e não exata” — anui o francês Alfred Malblanc.

“A fidelidade é o ponto mais importante de qualquer tradução” — diz o brasileiro Brenno Silveira.

“A fidelidade é outra das falácias da tradução” — retruca o húngaro Paulo Rónai, naturalizado brasileiro.

“O tradutor põe toda a sua glória em ser fiel aos mestres de sua escolha, fiel a ponto de anular sua [pág. 14] própria personalidade” — contrapõe o francês Valéry Larbaud.

“Globalmente considerado, o problema da tradução consiste essencialmente em elaborar um texto fiel ao conteúdo do original, mas que dê a impressão de ter sido escrito diretamente na língua-meta” — tenta resumir o também francês Jean Maillot.

“Só quando arrancamos o leitor dos seus hábitos lingüísticos e o obrigamos a mover-se nos do autor, é que há propriamente tradução” — opõe-se o espanhol Ortega y Gasset.

E por aí vão os teóricos da tradução, dizendo uns, desdizendo outros. Mas também os práticos da tradução — se assim se podem chamar aqueles para quem “traduzir se aprende é traduzindo”, assim como é nadando que se aprende a nadar — emitem vez por outra algumas opiniões, não menos discutíveis nem menos contraditórias que as dos mais renomados teóricos. [pág. 15]



UM POUCO DE HISTÓRIA

O documento mais famoso que se conhece da atividade tradutória na Antigüidade é a Pedra de Rosetta: um fragmento de basalto, encontrado em 1799 nas escavações que se faziam numa região banhada pelo braço ocidental do rio Nilo. O lugar tinha o nome de Rosetta, e a pedra ficou com o nome do lugar onde foi encontrada. Na Pedra de Rosetta vê-se um mesmo texto grafado de três maneiras diferentes: em hieróglifos da escrita sagrada do antigo Egito, em caracteres da língua escrita popular egípcia da época, e em caracteres gregos. Foi a partir do estudo dessa pedra que o francês Jean-François Champollion começou a decifrar os hieróglifos do Antigo Egito.

A Pedra de Rosetta data do século II a.C. Mas sabe-se que o imperador Sharrukin, da Assíria, três séculos antes da era cristã, já gostava de ter [pág. 16] os seus feitos divulgados por escrito em todas as línguas que se falavam no seu vasto império.

Sabe-se também que entre os babilônios e assírios e hititas existiam organizações de escribas especializados, que escreviam em línguas diversas; sabe-se também que no Antigo Império egípcio (2778-2160 a.C.) existiu o cargo público de “intérprete-chefe”; e que na Ásia Menor circulavam ou existiam glossários bilíngües ou plurilíngües em tabuletas de terracota.

A primeira determinação legal de tradução ocorreu no ano 146, em Roma, quando o Senado romano mandou traduzir o tratado de agricultura do cartaginês Magão. No século I antes da era cristã, o romano Cícero refere-se à tradução que ele mesmo fez dos *Discursos* do grego Demóstenes, trazendo então à baila a questão da fidelidade às palavras ou ao pensamento do original.

Cabe também mencionar a famosa *Versão dos Setenta*, por alguns denominada

Septuaginta, que teve o texto do *Antigo Testamento* traduzido do hebraico para o grego por 72 sábios do Egito, por ordem do seu rei Ptolomeu Filadelfo.

Durante a Idade Média a tradução esteve a serviço da catequese religiosa e não faltou quem dissesse que “cristianizar equivale a traduzir”, nesse período da história européia: aonde chegava a Cristandade, logo se impunha o entendimento entre o idioma local e o adventício.

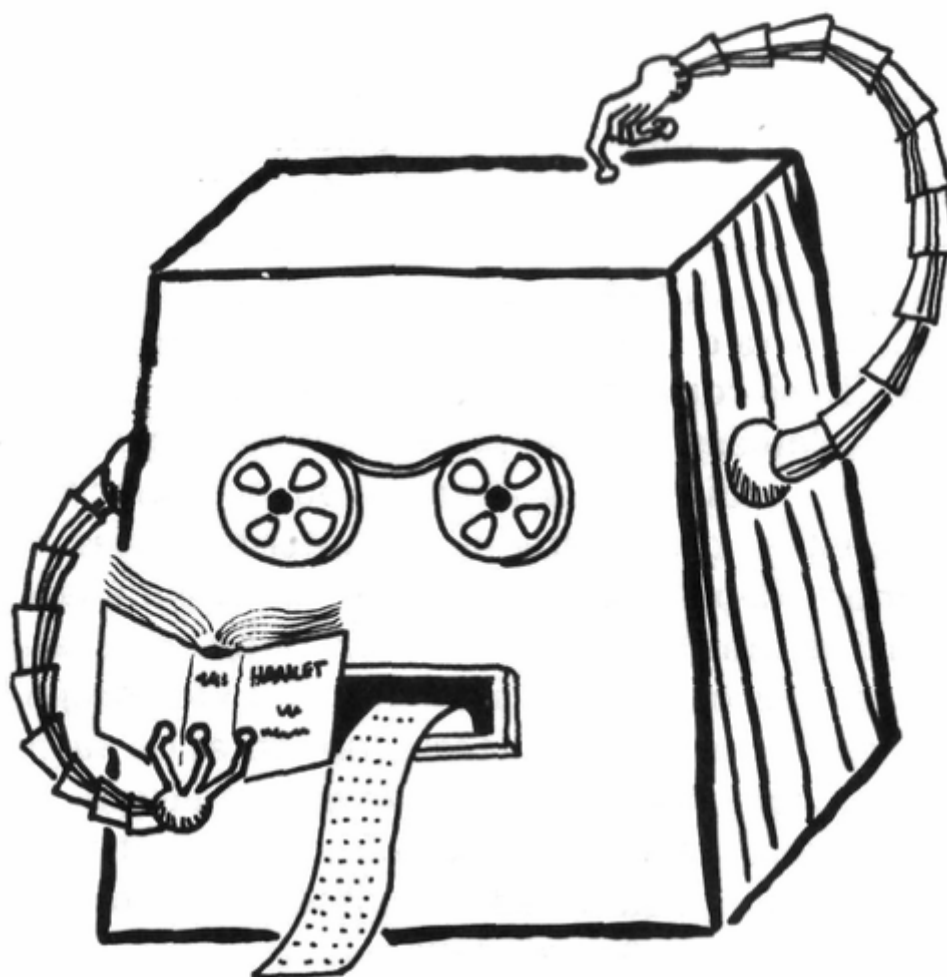
Com o fim dos feudos, que se aglutinaram para **[pág. 17]** formarem os reinos de maior extensão e poderio, começaram a afirmar-se as línguas vernáculas de cada nacionalidade. E não é difícil imaginar que, entre povos de línguas diferentes, começassem logo a aparecer intérpretes e tradutores.

As idéias passaram a ter maiores possibilidades de circulação graças à invenção do prelo por Guttenberg, em 1440: a imprensa facilitava a reprodução do mesmo texto em muito maior número de cópias, naturalmente a preços bem mais acessíveis. Em 1550 publicou-se um *Dicionário de Oito Línguas* (grego, latim, flamengo, francês, espanhol, italiano, inglês e alemão). É do ano de 1596 a primeira tradução completa da *Divina Comédia* do italiano Dante Alighieri, pelo abade francês Balthazar Grangier.

Com o Renascimento, rompeu-se a tradição da “versio” medieval, muito apegada às palavras dos textos originais. São Jerônimo chegara a declarar que “nas Sagradas Escrituras... a própria ordem das palavras constitui um mistério”, e as traduções deveriam apresentar um número de palavras igual ao dos respectivos originais, “sem interpretações pessoais capazes de deturparem o verbo divino”.

O século XVII foi na Europa o domínio das traduções apelidadas “as belas infiéis”, que se prendiam ao conteúdo e pouca ou nenhuma consideração tinham pela forma dos textos originais.

Na Rússia czarista, ao tempo de Pedro o Grande, criou-se a primeira associação de tradutores, uma **[pág. 18]**



Com o avanço tecnológico, a década de 50 sonhou ingenuamente o advento de uma máquina que resolvesse rápida e eficazmente o problema da tradução.

[pág. 19]

entidade oficial, que teve a sua réplica não-oficial na Sociedade Livre de Tradutores, surgida em 1768 e extinta em 1783.

Com o advento do romantismo literário e artístico, “as belas infiéis” perderam prestígio: foi já com um declarado respeito pela forma dos textos originais que François-René de Chateaubriand traduziu para o francês *O Paraíso Perdido* do inglês John Milton, e Lecomte de Lisle traduziu também para o francês a *Ilíada* do grego Homero.

No Brasil romântico traduziram-se fartamente os poetas alemães, Heine principalmente; mas eram traduções indiretas, do francês ou do espanhol, e os defeitos dessas traduções intermediárias não poderiam deixar de ter reflexos na qualidade das traduções brasileiras, que só mais tarde começaram a ser revistas ou refeitas a partir dos textos originais alemães. O mesmo aconteceu com obras de autores russos, a começar com Púschkin e Dostoiévski.

Em nosso século XX os teóricos e práticos da tradução têm continuado a discutir e a divergir, como desde a Antigüidade, sem que se tenha chegado ainda a consenso sobre o assunto. Mas o avanço das tecnologias, com irrefreável tendência a reduzir cada vez mais as distâncias entre os países, fazendo de todo o planeta aquela “aldeia global” a que se refere Marshall McLuhan, tem levado a estudos mais minuciosos da tradutologia ou da “ciência da tradução”, que os alemães dizem numa palavra só: *Uebersetzungswissenschaft*. [pág. 20]

Foi principalmente em meados do século, na década de 50, que mais se estudaram os problemas da tradução. Essa azáfama tradutológica deveu-se a uma esperança que veio com a tecnologia: a esperança de que afinal se pudessem conseguir, com algum tipo especial de máquina, a rapidez e outros predicados da tradução, com que certamente sonham os usuários de textos traduzidos — editores e outros — e que os tradutores humanos dificilmente podem proporcionar.

Muito se estudou a tradução a partir da Informática (processamento automático da informação) e da Lingüística, mas a conclusão a que se chegou foi a de que qualquer máquina só será capaz de traduzir bem se for manipulada por um bom tradutor; e isso viria aumentar ainda mais, em vez de diminuir, os custos da tradução. A Lingüística, por seu turno, mostrou-se incapaz de prever ou evitar os erros de tradução, muito embora seja capaz de identificá-los onde quer que apareçam.

Mas não era bem isso o que se esperava descobrir. E as onerosas pesquisas de

tradução por máquina foram sendo aos poucos abandonadas, embora aqui e ali prossigam umas quantas linhas de pesquisa, mais voltadas para a computação de repertórios de palavras. Também é possível que as pesquisas de tradução por computador voltem à baila com as novas conquistas humanas no terreno da chamada “inteligência artificial”, já numa quinta geração de computadores. **[pág. 21]**



A MÁQUINA DE TRADUZIR

Há quem diga que a idéia de máquinas tradutoras nasceu, não entre editores interessados na publicação de traduções menos demoradas e menos dispendiosas que as feitas por tradutores especializados, mas sim, entre cientistas e técnicos e administradores de empresas que teriam julgado muito conveniente para os seus propósitos, poderem dispor de máquinas que traduzissem, rapidamente e numa espécie de rascunho, numerosos textos de outras línguas, alguns dos quais, uma vez analisados e aprovados pelos interessados, seriam, então sim, confiados a tradutores qualificados para que os traduzissem com o cuidado e a calma que lhes fossem peculiares.

A verdade, entretanto, é que as máquinas por enquanto não atendem às conveniências de quem [pág. 22] delas espera uma espécie de milagre: a fabricação em série de tradutores mecânicos prontos a traduzirem qualquer texto, de qualquer língua para qualquer outra, com a velocidade da luz — que é a velocidade da energia elétrica, com que operam os computadores.

É claro que, mais cedo ou mais tarde, se prosseguirem as pesquisas, há de programar-se um computador eletrônico de tal modo e com tais elementos que ele se mostre capaz de traduzir como sonham alguns. E o fato é que já se podem observar algumas conquistas em tal sentido.

Já se sabe, entre outras coisas, que a máquina de traduzir pode muito bem operar com alguns tipos de textos, muito limitados, que tratem de uns quantos assuntos escritos de modo bastante simples; sabe-se que o grande problema da máquina de traduzir é a elaboração de programas que lhe permitam solucionar questões lingüísticas de toda ordem — questões que podem ser mais simples num texto técnico, mais complexas num texto literário; e sabe-se por fim que as pesquisas realizadas no setor da tradução por máquina têm trazido importantíssimos esclarecimentos sobre aspectos da tradução humana... assim como o estudo do computador eletrônico tem contribuído bastante para o entendimento do cérebro

humano.

As pesquisas voltadas para a tradução por máquina partem de alguns pontos fáceis de aceitar: **[pág. 23]**

- toda língua humana tem suas próprias regras;
- toda regra bem formulada pode ser transformada em programa de automação;
- um conjunto adequado de regras bem programadas é tudo quanto se necessita para criar um sistema de tradução por máquina.

A aplicabilidade da máquina de traduzir fica assim na dependência da extensão em que as regras de uma língua venham a ser bem definidas. Em todo caso, a máquina de traduzir estaria em condições de operar com línguas artificiais — como o esperanto, por exemplo — e talvez não com línguas naturais, cheias de conotações e variações estilísticas.

Em 1966 publicou-se o relatório da ALPAC (*Automatic Language Processing Advisory Committee*: Comissão de Assessoramento do Processamento Automático de Línguas), suspendendo a maior parte dos financiamentos destinados à pesquisa da tradução automática nos Estados Unidos.

Mas o fato é que algumas pessoas continuam pesquisando, de um jeito ou de outro, em muitos países. Algumas dão a impressão de já terem desistido de qualquer tipo de tradução inteiramente automatizada, e passaram a pesquisar a ajuda que a máquina (o computador eletrônico, em especial) seria capaz de trazer ao tradutor humano, nisso que recebeu a denominação de TAC, Tradução Assistida por Computador (em inglês, CAT: *Computer Assisted Translation*). Neste caso, o computador **[pág. 24]** funciona como um gigantesco e rapidíssimo dicionário.

As operações lógicas são efetuadas pelo computador eletrônico a velocidades que variam entre um milésimo e um bilionésimo de segundo.

Os resultados de tantos estudos e pesquisas compõem um acervo de conquistas e descobertas, tecnológicas e afins, das quais não é fácil nem talvez conveniente abrir mão.

A idéia da máquina de traduzir nasceu na URSS, em 1933, repercutindo em 1946 na Inglaterra e nos Estados Unidos. A década de 1950 foi a mais fértil em

estudos e experiências de tradução por máquina, em cada um desses três países e em mais cinco dúzias de outros, onde certamente prosseguem num ritmo menos acelerado, e dos quais vêm resultando, para o conhecimento da tradução humana, preciosas informações.

Um dos pontos mais discutidos — o da velha pendência entre o que seria arte e o que seria técnica — na tradução, ficou de uma vez por todas bem claro: em alguns casos a tradução tem muito de arte, ligada à inspiração etc., mas até mesmo nesses casos tem muito de técnica, mais afeita ao trabalho aplicado. E as técnicas podem ser aprendidas, e ensinadas, tanto a máquinas quanto a seres humanos. **[pág. 25]**



O ENSINO DA TRADUÇÃO

A teoria sugere e a prática demonstra que não basta o conhecimento razoável, nem mesmo o perfeito domínio, de qualquer língua estrangeira, para fazer um bom tradutor: o grande número de traduções de má qualidade, cheias de erros grosseiros, que o leitor já deve ter observado tantas vezes nas traduções de filmes para a televisão, principalmente, é uma prova inequívoca disso.

Famoso é o caso daquele filme de televisão em que a polícia invade a residência de um dos implicados na trama criminosa, e um dos policiais abre com fúria uma porta que estava fechada; então o chefe da patrulha pergunta se havia alguém lá dentro, e o policial responde: “Pessoa!” (Era um filme francês, e o policial teria respondido, no original, “personne” — que se pode traduzir como “pessoa”, literalmente, mas no caso a tradução correta seria “ninguém”...) [pág. 26]

É verdade que as traduções de filmes para televisão não costumam dar os nomes dos tradutores responsáveis por tais e tantos atentados contra a língua e contra o próprio bom-senso; o que se ouve dizer, em geral, é que se trata de uma “versão brasileira” de tal ou qual laboratório cinematográfico especializado. Esse anonimato acoberta, por um lado, os maus tradutores; e, por outro lado, permite a esses “laboratórios” e empresas afins, usuários do trabalho de tradutores despreparados, pagar-lhes muito menos do que teriam de pagar a profissionais conscientes da tradução. E assim presta-se, através do mais popular dos veículos de comunicação de massa, um lastimável desserviço à causa da tradução e dos bons tradutores.

Para evitar que as traduções continuem a ser malfeitas e mal remuneradas é que existem, em número cada vez maior, as escolas de tradução e as associações de tradutores.

Na França, a E.S.I.T. (Escola Superior de Intérpretes e Tradutores) que pertence à Universidade da Sorbonne, em Paris, traçou para os seus formandos em tradução um currículo que inclui o estudo de três línguas obrigatórias, sendo a

primeira delas a língua pátria, e duas línguas estrangeiras; e conhecimentos gerais, sem os quais não há tradutor que preste.

Não se traduz afinal de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer [pág. 27] assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine o seu trabalho.

Dentro do estudo de cada uma das línguas, a nacional e as estrangeiras, o estudante de tradução é iniciado no domínio de técnicas especiais, e de alguns recursos dos quais poderá valer-se no exercício da sua profissão, complementando assim o conhecimento teórico com a experiência prática indispensável. Mesmo porque, como se diz, tradução se aprende traduzindo.

Findo o seu curso, em geral de três anos, o aluno aprovado recebe da E.S.T. um diploma de tradutor, que faz dele um trabalhador qualificado em nível universitário.

Em muitos lugares onde a tradução é hoje estudada a sério, em cursos que apresentam currículos especializados, a mais moderna tendência é a de substituir-se a tradução dita “geral”, que muitas vezes parte da tradução de textos literários — justamente os mais difíceis de traduzir — pela tradução de textos “pragmáticos”, como os denomina o francês Jean Delisle: textos nos quais o conteúdo é mais importante que a forma. E também se tem observado o esforço dos que ensinam, no sentido de fazer sentir, aos que aprendem, a distância que vai da tradução “escolar”, por assim dizer, à tradução profissional. [pág. 28]

Essa divisão dos textos originais, em tipos nos quais o conteúdo é mais importante e tipos nos quais mais importante é o aspecto formal, vem ocupando e preocupando estudiosos e pesquisadores em vários países.

No Brasil existem cursos de tradução, em nível universitário, na Universidade de Brasília, como já foi dito, e mais: nas Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, na Universidade do Estado de São Paulo (em mais de um dos seus *campi*), e em algumas instituições particulares de ensino superior. Na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro ensinou-se, durante algum tempo, a disciplina “Técnicas de Tradução”, como parte

do currículo do curso de Editoração, atualmente desativado.

Uma das questões que no Brasil certamente atrapalham a criação e a manutenção de cursos de tradução é a falta de reconhecimento oficial da profissão de tradutor: sem esse estatuto profissional, a formação universitária de tradutores destina-se a formar profissionais de nada, por assim dizer. E a falta de reconhecimento da qualificação desses profissionais redundava por sua vez em aviltamento do mercado de trabalho, beneficiando os usuários do produto dos tradutores, apesar de todos os esforços que vem realizando, desde sua fundação há cerca de dez anos, a Associação de Tradutores do Brasil (ABRATES). [pág. 29]



MODOS DE TRADUZIR

Profissional ou diletante, o tradutor há de conhecer bem a língua da qual traduz, chamada língua-fonte, e a língua para a qual traduz, chamada língua-meta e que em geral é a língua materna do tradutor.

Haverá uma razão para que a tradução se faça em geral de uma língua estrangeira para a língua materna? A principal razão é a de que, em sua própria língua, qualquer pessoa é capaz de ter um desempenho muito superior ao que teria em qualquer língua “aprendida”.

Isto não quer dizer que a língua materna não seja também aprendida: apenas, para estabelecer alguma diferença, a língua materna é aprendida ao mesmo tempo em que se aprendem as demais noções preliminares da própria vida. E há quem defenda a tese de que a língua materna também [pág. 30] condiciona a própria visão de mundo que a criança, e depois o adulto, venha a ter; há quem diga, também, que a aquisição dessa visão de mundo, paralela à aquisição da língua materna, acaba sendo um empecilho a que a pessoa possa ver o mundo e a vida de um modo diferente — por exemplo, do modo como essa visão é adquirida pelos naturais de outras terras e falantes de outras línguas... Por exemplo: o modo pelo qual um esquimó vê e denomina a neve difere muito do modo pelo qual a neve é vista e denominada pelo homem da cidade.

Mas justamente porque os povos falam línguas diferentes, e têm visões de mundo diferentes, é que a tradução é às vezes tão difícil, relativamente, embora jamais absolutamente impossível.

Essa existência de textos relativamente difíceis de traduzir, ainda que não de todo intraduzíveis, determina uma primeira divisão da tradução em dois tipos: a tradução “integral”, na qual se traduzem todos os itens, todas as palavras e expressões, do original; e a tradução “parcial”, na qual deixam de ser traduzidas

algumas partes do texto de origem, por uma série de razões que interessam às vezes ao editor, às vezes ao próprio tradutor, às vezes a outras pessoas físicas ou jurídicas. Encontram-se muitas obras clássicas que são publicadas com cortes, em edições “abreviadas” (em inglês, *abridged*), que se destinam à leitura de pessoas com pouca disponibilidade de tempo para a [pág. 31] leitura...

Uma tradução pode ser feita diretamente do texto original, e diz-se então que é uma tradução “direta”: uma tradução de Kafka, por exemplo, feita a partir da língua alemã, em que ele originalmente escrevia. Mas também pode dar-se o caso de uma obra do mesmo Kafka, digamos, ser traduzida de outra língua, do inglês por exemplo; tem-se então uma tradução “indireta”, por não ter sido feita diretamente do texto original; e à tradução em outra língua, que serviu de base à tradução final, dá-se o nome de tradução “intermediária”. A validade de uma tradução indireta depende, obviamente, da qualidade da tradução intermediária.

Grandes autores alemães e russos do século passado foram amplamente traduzidos na Espanha e na França; e muitas obras desses autores foram traduzidas, indiretamente, do espanhol ou do francês para o português, em Portugal e no Brasil. Na maioria dos casos, as respectivas traduções intermediárias não eram muito boas; daí a má qualidade das mais antigas traduções brasileiras de autores russos e alemães, de Dostoiévski e Púschkin, entre os russos, de Heine e de outros autores românticos alemães, por exemplo.

Quando as duas línguas envolvidas numa tradução, a língua-fonte e a língua-meta, são próximas uma da outra, pelo fato de pertencerem à mesma família lingüística, por assim dizer, como o espanhol [pág. 32] e o português, ou o alemão e o inglês, a tradução pode ser feita quase que palavra por palavra: tem-se então a tradução dita “literal”, paralela ao texto original e formalmente assemelhada a ele.

Quando as duas línguas são de troncos lingüísticos diferentes, como o português, que é uma língua neo-latina, e o inglês, que é uma anglo-germânica, a tradução costuma distanciar-se bastante da forma do original, tornando-se assim menos literal, menos palavra por palavra, e mais “oblíqua”, como se diz. Mas também a diferença de culturas, entre a dos falantes naturais de uma língua e a dos

falantes naturais da outra, contribui para a obliquidade de uma tradução.

A tradução dita “oblíqua” — a que não segue paralelamente a forma do texto original — vale-se de alguns “procedimentos técnicos”, como são denominados.

[pág. 33]



ALGUNS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Na tradução literal, o que se dá é a substituição de palavras e expressões da língua-fonte por palavras e expressões da língua-meta, num processo que se assemelha muito ao da simples trans-codificação: troca de signos de um código (lingüístico) por signos de outro código.

Quando o tradutor depara com alguma palavra ou expressão da língua-fonte que não tem correspondente ou equivalente na língua-meta, o recurso mais usual é transcrevê-la com todas as letras, ou com o que seria a pronúncia figurada delas — como no caso da palavra russa que se pronuncia “sputnik”: essa palavra é escrita em russo com caracteres cirílicos, que não se encontram em nossa língua, nem noutra qualquer língua ocidental, embora muitas letras cirílicas sejam calcadas em letras do [pág. 34] alfabeto grego, igualmente inexistentes em nosso alfabeto. A palavra russa “sputnik” quer dizer “satélite”, e se aplica especialmente a um satélite artificial. Mas por uma questão de economia, talvez, alguns tradutores preferem grafar como “sputnik” a palavra russa: tem-se então um caso de “empréstimo” lingüístico, o único empréstimo — comentam alguns — que enriquece a língua que o recebe sem tornar mais pobre a língua que o cede. No Brasil temos o caso de *foot-ball*, abreviação da expressão inglesa *foot-ball association*; não faltaram puristas que preferissem palavras compostas como *ludopédio* (jogo com os pés) ou *balípodo* (bola dos pés), mas o empréstimo inglês acabou impondo-se, juntamente com outras expressões ligadas a esse jogo, como por exemplo *goal*, que a palavra nativa, *tento*, não conseguiu sobrepujar e que hoje em dia faz parte do nosso vocabulário, como “gol” mesmo.

Antes de naturalizar-se, o empréstimo constitui um estrangeirismo, que é a presença de palavras ou construções estrangeiras em nossa língua; o empréstimo acontece com a naturalização, por assim dizer, que em nosso caso é o aportuguesamento.

Além de *foot-ball*, que se aportuguesou como “futebol”, e *goal*, que passou ao

nosso vocabulário como “gol”, há uma palavra desse jogo que ainda não se decidiu, se vem ou se fica: é *penalty*, que se traduz literalmente como “penalidade” e que [pág. 35] alguns traduzem como “penalidade máxima”, explicitando a singularidade do caso; mas não são poucos os locutores e amantes do futebol que preferem mesmo *penalty*, a palavra inglesa com sua pronúncia figurada “pênalti”. Outras expressões naturalizaram-se facilmente: *comer*, literalmente *canto* ou *ângulo*, passou a “escanteio”; *off-side*, literalmente *fora* ou *de fora* ou *lado de fora*, passou a “lateral” ou a “impedimento”; *foul* passou literalmente a “falta”, *hand* passou a “mão na bola”, *half-time* passou a “meio-tempo” ou “etapa” (inicial ou final), e assim por diante.

É inegável que, com essas palavras e expressões, ficou mais rica a língua portuguesa; e nem por isso ficou mais pobre a língua inglesa. A língua-fonte nunca fica mais pobre, por mais que se enriqueça a outra.

Além do estrangeirismo e do empréstimo lingüístico, existem casos de palavras e principalmente expressões estrangeiras das quais se traduzem as partes componentes, conservando-se a estrutura original. É o caso da palavra norte-americana *sky-scraper*, que se traduziu literalmente no Brasil como “arranha-céu”, em espanhol deu *rasca-cielos*, em francês é *gratte-ciel*, e em alemão troca o céu por nuvens e fica *Wolkenkratzer*, literalmente “arranha-nuvens”.

Tem-se então o chamado “decalque”, que às vezes pega, isto é, cai na corrente usual da língua, e às vezes é rejeitado. Entre nós registra-se o caso da [pág. 36] palavra composta francesa *abat-jour*, literalmente traduzida como “quebra-luz”; mas “quebra-luz” não pegou, como se diz, e o que se fala e o que se *escreve* é mesmo “abajour”, preferindo-se o empréstimo ao “decalque” lingüístico, como se denomina a outra forma.

Alguns autores enumeram o empréstimo e o decalque juntamente com a tradução literal, como procedimentos similares de tradução.

Na tradução que não é literal, que não segue paralela à forma do original, e que por isso é dita “oblíqua”, os procedimentos técnicos são vários, e em número que pode variar de um autor para outro.

O primeiro procedimento da tradução oblíqua é a “transposição”, que consiste em substituir uma parte do discurso (do texto) por outra, sem lhe alterar o sentido.

Se o autor diz, em inglês, *She will be back soon*, o que se pode traduzir literalmente como “Ela estará de volta logo” ou “cedo” etc., o tradutor pode efetuar obliquamente transposições como esta: “Ela não tardará a voltar” ou “Ela não vai demorar a estar de volta”, e assim por diante, considerando-se então que a ênfase apoiada no advérbio de tempo *soon* (cedo, logo) transpõe-se na tradução para o verbo “demorar” ou “tardar”, em forma negativa no caso.

Outro exemplo de transposição. Do inglês *Without the lightest hesitation* (literalmente: “Sem a mais leve hesitação”) para o português “Sem hesitar nem um pouco”, com transposição [pág. 37] da ênfase de um adjetivo para um verbo.

Existem casos de transposições cruzadas, também chamadas “quiasmos”, de que Vázquez-Ayora nos dá exemplos vários, como este: *He smiled into her eyes* (literalmente: “Ele sorriu para dentro dos olhos dela”), traduzindo-se como “Ele olhou-a nos olhos sorrindo” ou “Ele fitou-a sorrindo com os olhos”, etc.

Outro dos procedimentos técnicos da tradução oblíqua é a “modulação”: uma variação da mensagem, que se obtém por mudança de enfoque ou de ponto de vista. Justifica-se a modulação quando a tradução literal, ou mesmo a transposição, afasta-se do espírito da língua-meta, embora resulte num enunciado gramaticalmente correto ou pelo menos aceitável.

Na opinião de alguns autores, a modulação é a pedra-de-toque do tradutor, ao passo que a transposição apenas dá sinal de um bom conhecimento da língua-meta, para a qual é feita a tradução.

Um exemplo de modulação. Do inglês *It is difficult to show* (literalmente: “É difícil mostrar”) para o português “Não é fácil mostrar”, com mudança de enfoque da dificuldade afirmada para a facilidade negada.

Depois da modulação, o procedimento técnico da tradução oblíqua que se costuma estudar é o da “equivalência”, que ocorre quando dois textos, o original e sua tradução, dão conta de uma mesma situação, utilizando-se de recursos lingüísticos e [pág. 38] estruturais completamente diferentes.

Estão neste caso os provérbios que circulam em terras diferentes, com as formas diferentes que em cada língua refletem determinantes culturais também díspares.

Vejamos por exemplo um provérbio muito nosso conhecido: “Não há regra

sem exceção”. Tem uma forma latina: *Deviat a solitis regula cuncta viis*. Em espanhol diz-se: *No hay regia sin excepción*. Em francês: *Il n’y a point de règles sans exception*. Em italiano: *Non c’è regola senza eccezione*. Em inglês: *There is no rule without an exception*. E aí tem-se um provérbio que se traduz, em cada uma das línguas, quase literalmente.

Mas há outros, muitos, em que a cultura de cada povo determina diferenças na formulação. Este nosso, por exemplo: “Dize-me com quem andas e te direi quem és”. Diz-se em latim: *Non mos ad vitam, sed consuetudo probanda*. Em espanhol: *Díme con quien tratas y te diré tus mañas*. Em francês: *Dis-moi qui tu hantes, je te dirai qui tu es*. Em italiano: *Dimme con chi vai e ti diró chi sei*. Em inglês: *Tell me who are your friends, and I tell you what you are*.

Outro exemplo: “Ninguém é moeda de vinte patacas, para agradar a todos”. Em latim: *Nemo omnibus placet*. Em espanhol: *Ninguno es onza de oro, para que agrade a todos*. Em francês: *On ne saurait contenter tout le monde et son père*. Em inglês: *None can please all the world and his [pág. 39] wife*. Aí temos, num caso, que a moeda de vinte patacas é que pode agradar a todo mundo; noutro, ninguém pode agradar a todos; noutro, só o que pode agradar a todo mundo mesmo é uma onça (medida de peso, mais ou menos 28 gramas) de ouro; na França, ninguém pode agradar a todo mundo e ao próprio pai; na Inglaterra, é impossível agradar ao mesmo tempo a todo mundo e à própria esposa. São valores culturais que variam, de um país para outro, e que determinam em cada país a forma que há de ter cada provérbio; donde se dizer que uma tradução não se faz de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra.

E não é só nos provérbios que se observa a discrepância equivalente, por assim dizer; há também o caso dos idiotismos, das frases feitas de uma língua, que raramente admitem tradução literal em outra.

Por exemplo: o equivalente português da expressão francesa *au grande air* (literalmente: “ao grande ar”) é “ao ar livre”, com a liberdade assumindo a grandeza. A frase feita inglesa *it’s raining cats and dogs* tem o seu equivalente, em nossa língua, não em sua tradução literal, que seria “está chovendo gatos e cachorros”, mas sim numa frase como “está chovendo a cântaros” ou “está caindo um toró”, e expressões semelhantes.

Depois da transposição, da modulação e da equivalência, chega a vez da “adaptação”, um procedimento técnico que alguns autores consideram [pág. 40]



A frase feita inglesa it's raining cats and dogs (chove gatos e cachorros) tem o seu equivalente, em português, na expressão “chove a cântaros” ou na variante “chove canivetes”.

[pág. 41]

como o “limite extremo” da tradução.

Aplica-se a adaptação nos casos em que a situação a que se refere o texto original, na língua-fonte, não faz parte do repertório cultural dos falantes da língua-meta.

Por exemplo: o que em português é citado como um tempo de “vacas gordas”, em espanhol refere-se a peixes, *peces gordos*, e em inglês a gatos, *fat cats*. Outro exemplo: o dia de maior azar, que na cultura luso-brasileira é a “sexta-feira 13”, nos países de língua espanhola é a terça-feira, *martes trece*.

Claro está que no caso de um provérbio nunca se sabe quem foi que o traduziu, sendo a tradução de um provérbio tão coletiva quanto a sua divulgação. E na passagem de uma língua para outra, de uma cultura para outra, é de se imaginar que cada provérbio se identifique ao máximo com o chamado “espírito da língua” à qual passa a pertencer. Mas o que interessa aqui é a aplicação de um dos “procedimentos técnicos” da tradução, nominalmente a “adaptação”.

Além dessa adaptação de ordem técnica, também se costuma dar o nome de “adaptação” a uma espécie de tradução “livre”, tão livre e descompromissada com o original que tende a cair no caso daquilo que se diz “adaptação livre de” ou “de uma idéia de” ou “variações sobre um tema de”, e assim por diante: neste caso o que se designa como “adaptação” pouco terá a ver com a [pág. 42] tradução propriamente dita, e o que se tem geralmente é uma idéia, raramente uma forma, do autor do original, servindo para que o suposto “tradutor” escreva um outro texto, mais parecido com o que ele tem na cabeça do que com o que estaria na cabeça do autor do original. Esse tipo de “adaptação” acontece muito no teatro, onde alguns “adaptadores”, depois de terem lido uma peça estrangeira, têm nela a inspiração para escreverem uma outra, de sua criação pessoal, na qual é difícil e às vezes mesmo impossível reconhecer o texto original que teria sido assim “adaptado”.

Mas, como foi dito, esse tipo de “adaptação”, que é antes uma “paródia”, quando muito, em relação ao texto que lhe deu origem, pouco ou nada tem a ver com os chamados “procedimentos técnicos” de tradução.

Os teóricos franceses Vinay e Darbelnet mencionam apenas sete desses “procedimentos”, já aqui vistos: tradução literal, empréstimo, decalque, transposição, modulação, equivalência e adaptação.

Já o professor Gerardo Vázquez-Ayora, norte-americano de raízes mexicanas,

vai mais longe e acrescenta outros “procedimentos”: a amplificação e a condensação, a explicitação e a omissão, e a compensação.

Diz-se que há “amplificação” quando a mesma coisa é dita na tradução com um número de palavras maior que o do original. Isso às vezes decorre de alguma lacuna, ou seja, da falta de [pág. 43] palavras da língua-meta que possam em menor número expressar o que está expresso em poucas palavras da língua-fonte. É o caso, por exemplo, do verbo inglês *to erupt*, que se traduz como “entrar em erupção”, já que “eruptar” em português é “arrotar”, e não tem cabimento dizer, sem comicidade, que um vulcão está “arrotando” quando o fato é que ele está entrando em erupção.

O procedimento contrário ao da “amplificação” é o da “condensação”, que consiste em dizer com um número menor de palavras da língua-meta o que na língua-fonte está dito com palavras em maior número. Exemplo de condensação tradutória, segundo Vázquez-Ayora, seria a tradução da locução verbal inglesa *to wonder about* pelo infinito verbal português do verbo “duvidar”. Mas, aqui como no caso anterior, pelos exemplos dados por Vázquez-Ayora, a diferença do número de palavras, mais reduzido na tradução, resulta do que se denomina uma “servidão” lingüística: uma forma preexistente na língua e que o tradutor deve obrigatoriamente seguir.

Também é claro que em outras expressões do original o número de palavras pode ser o mesmo que o da tradução. Se no original inglês algum personagem diz *I wonder*, e na tradução portuguesa diz-se *Eu duvido*, a tradução está correta, ainda que em português o pronome pessoal (*eu*) se possa dispensar quando a economia verbal assim o exige.

Outros “procedimentos técnicos” citados por [pág. 44] Vázquez-Ayora, e que não estavam no “método de tradução” de Vinay e Darbelnet, são a “explicitação” e a “omissão”.

A “explicitação” tem lugar toda vez que, na opinião do tradutor, o leitor da sua tradução carece de alguma informação ou esclarecimento que lhe possibilite um melhor entendimento do texto. Um dos exemplos citados é o do verso de Pablo Neruda: *Mantur estalla como un lago vivo*. O tradutor pode imaginar que o leitor não sabe o que seja esse “Mantur” do original, e decide prestar ao leitor, no próprio texto, uma informação adicional que lhe facilite o entendimento do texto, e escreve:

“Mantur, o vale, estala como um lago vivo” — fazendo o leitor saber que a imagem poética de Neruda refere-se a um vale, etc. Num texto universitário, caberia uma nota de pé de página.

Alguns teóricos acham que o tradutor não deve e não precisa explicitar coisa alguma, e o leitor mais interessado que procure obter as informações que lhe parecerem necessárias.

O “procedimento” contrário à “explicitação” é a “omissão”, também resultante em alguns casos de maneiras de dizer próprias de cada língua. O exemplo citado por Vázquez-Ayora é o da frase inglesa *He is a boy*, que se pode traduzir como “Ele é rapaz” ou “Ele é menino”, em vez de “Ele é *um* rapaz” ou “Ele é *um* menino”, conforme o contexto. [pág. 45]

No caso acima, a omissão do artigo indefinido, que em inglês não tem flexão de gênero, pouca importância significativa tem, embora possa ter valor estilístico. Mas quando se traduz, também do inglês, uma frase como *There is a student in the classroom*, o artigo indefinido assume importância definitiva para fazer saber ao leitor se quem está na sala de aula é *um* estudante ou *uma* estudante.

O tradutor menos preparado pode cometer falhas sensíveis, seja ao traduzir demais, seja ao traduzir de menos; não por consciente aplicação dos “procedimentos técnicos” da amplificação e da condensação, ou da explicitação ou da omissão, como se viu, mas pura e simplesmente por desconhecimento dos dois idiomas envolvidos no processo da tradução, ou por falta de qualificação para o desempenho do ofício.

Um último, e importante, “procedimento técnico” citado por Vázquez-Ayora é o da “compensação”: um procedimento do qual o tradutor lança mão para evitar que se perca, na passagem de uma língua para outra, algum elemento valioso do texto original.

O exemplo de “compensação” mais brilhante, por assim dizer, entre os que conheço e tenho de memória, é o daquele verso em que o francês Edmond Rostand, pela boca do personagem-título da sua famosa tragicomédia *Cyrano de Bergerac*, define o beijo como

un point rose qu'on met sur l'i du verbe aimer, [pág. 46]

um verso alexandrino perfeito, como cabe a uma peça do teatro francês versificado, e que se traduz literalmente como

“um ponto cor de rosa que se põe sobre o *i* do verbo amar”.

A imagem poética é muito feliz, mas como fazê-la passar para o nosso idioma, na tradução, se em português o verbo “amar” (*aimer* em francês) não tem *i*? O tradutor Carlos Porto Carrero, que em muitas outras passagens dessa mesma tradução deu provas do seu domínio do ofício, recorreu a um tipo de “compensação”, trocando o verbo francês com *i* por um substantivo português também com *i*, e alterando um pouco a imagem do original para salvar aquele “pingo do *i*” que lhe parecia tão singular, um verdadeiro “achado” poético.

E a tradução desse verso resultou também numa espécie de “achado” poético e tradutório, com o beijo definido como

“um ponto róseo no *i* do lábio que se adora”.

Ficou assim salva, por compensação, a *trouvaille* poética de Edmond Rostand, no “achado” tradutório de Carlos Porto Carrero, jogando habilmente com a equivalência textual e a correspondência formal, que são as duas pedras de toque da tradução. [pág. 47]



EQUIVALÊNCIA TEXTUAL E CORRESPONDÊNCIA FORMAL

Pode-se dizer que a tradução anda com duas pernas, que se complementam, firmando-se mais em uma aqui, firmando-se ali mais na outra. Essas duas pernas, que fazem andar a tradução, têm os nomes de equivalência textual e correspondência formal.

Isto quer dizer que uma boa tradução deve atender tanto ao conteúdo quanto à forma do original, pois a equivalência textual é uma questão de conteúdo, e a correspondência formal, como o nome está dizendo, é uma questão de forma.

O que se quer dizer com “equivalência textual” é que o texto traduzido deve transmitir ao seu leitor uma informação semelhante à que o texto original transmitiu ao seu primeiro leitor, em sua língua de origem. [pág. 48]

A “correspondência formal” quer dizer que a forma do texto original deve ser seguida pelo tradutor com a máxima fidelidade possível, muito embora em alguns casos essa fidelidade se reduza ao mínimo.

Vamos ver um exemplo bem simples.

O primeiro cumprimento do dia, em inglês, é: *Good morning!* — que se traduz literalmente como “Boa manhã!”... Mas em português, em Portugal ou no Brasil, ou em qualquer país de língua portuguesa, ninguém diz “boa manhã” a ninguém, assim como em francês ninguém diz “bon matin” a ninguém.

Nos países de língua portuguesa a primeira saudação do dia é: “Bom dia”, e nos de língua francesa é “Bon-jour!” ou “Bonjour!”, reunindo numa só as duas palavras originalmente separadas.

À noite, se a gente ainda vai rever a pessoa, ou se a gente está chegando em casa de alguém, ou se alguém vem chegando à casa da gente, ou se a gente cruza com alguém na rua, a saudação em inglês é: *Good evening!* Se a gente está se despedindo, ou se está saindo, ou se não pretende ver mais aquela pessoa naquele dia ou naquela noite, a saudação final em inglês é: *Good night!* Mas em português, tanto na chegada quanto na saída, tanto na primeira quanto na última ocasião da noite, a

despedida é sempre: “Boa-noite!”

O “boa-noite” português é um “equivalente textual” do *good evening* e do *good night* da [pág. 49] língua inglesa, tanto quanto do *bon soir* e do *bonne nuit* da língua francesa. São línguas de estrutura frásica semelhante à da nossa língua.

Já no caso de línguas tão diferentemente estruturadas como o português e o alemão, por exemplo... se eu digo, em alemão: *Ich will ins Kino gehen* (literalmente: “Eu quero ao cinema ir”), com o verbo posto no final da oração, como é de uso da língua alemã, é indispensável sacrificar-se a “correspondência formal” da frase traduzida, em nome de uma “equivalência textual” indispensável.

Também existem casos em que o conteúdo é que se deve sacrificar, por assim dizer, em nome da forma.

Daí ter-se estabelecido, como norma de tradução, que, em todos os casos em que a forma é elemento importante, se não o mais importante — às vezes o único importante, num texto a traduzir — essa forma há de ser preservada a qualquer custo, mesmo às custas do conteúdo, nos limites do possível; e toda vez que a forma importar menos, quase nada ou nada mesmo, como num catálogo a traduzir, há de observar-se a todo custo a fidelidade ao conteúdo, ainda que isso envolva algum sacrifício da forma do original.

Costuma-se admitir, por exemplo, que nos textos técnico-científicos o que mais importa é o conteúdo: assim sendo, na tradução de tais textos — entre outros, ditos “pragmáticos” por [pág. 50] alguns autores — o tradutor fará o possível para fazer passar de uma língua para outra o conteúdo, todo o conteúdo, nada mais que o conteúdo, do original. Já nos textos ditos “artísticos”, principalmente nos textos literários, nos quais a forma tem valor preponderante, o tradutor lançará mão de todos os procedimentos técnicos ao seu alcance, a fim de preservar ao máximo os elementos formais do original, com o óbvio cuidado de sacrificar ao mínimo o conteúdo, se não houver meios de poupá-lo a algum sacrifício.

O melhor tradutor há de ser aquele que, em qualquer dos casos, realizar o seu trabalho com um mínimo de perdas, seja quanto ao conteúdo, seja quanto à forma: quanto menos perdas, melhor a tradução.

Mas quando se considera o processo de tradução como um processo de comunicação, sabendo-se como se sabe que em toda comunicação ocorre sempre

inevitavelmente alguma perda de informação, a perda de algum tipo de informação na tradução passa a ser também inevitável. **[pág. 51]**



NORMAS GERAIS DE TRADUÇÃO

Dos processos empregados e aperfeiçoados, ao longo do tempo, pelos mais acatados tradutores, em seu trabalho individual ou de grupo, têm resultado umas quantas normas de ordem geral para o exercício da atividade tradutória: são normas que certamente variam no acessório e coincidem no essencial, e delas devem tomar conhecimento também os novos tradutores e candidatos à profissão de tradutor — não para segui-las por uma espécie de obrigação, mas para talvez adotá-las de acordo com as conveniências e maneiras de trabalhar de cada um.

Uma espécie de norma recomenda que o tradutor leia todo o texto a traduzir, antes de iniciar a tradução propriamente dita. Essa leitura preliminar tem por fim dar ao tradutor uma visão [pág. 52] global da obra, dos seus traços de estilo mais marcantes, da intenção ou propósito do autor, e assim por diante. Quando se trata de um poema ou de um pequeno conto, essa leitura prévia é quase instintiva; mas quando se tem a traduzir um livro de muitas páginas, o tradutor sente-se às vezes tentado a começar a tradução sem antes haver lido todo o texto. Conheço tradutores de romances famosos, que jamais lêem seus textos antes de traduzi-los: vão tomando conhecimento da obra na medida mesma em que a vão traduzindo. Isso pode dar certo, mas também pode trazer para o tradutor alguns prejuízos: o tradutor pode vir a descobrir, no fim do livro, o verdadeiro sentido de uma expressão que o autor vinha utilizando desde o começo da obra, e o jeito então é voltar atrás e apagar ou emendar todas as partes onde a primeira tradução não foi correta.

A leitura preparatória também serve para trazer à tona da memória do tradutor os elementos úteis do seu acervo cultural, reativando conhecimentos gerais e específicos adquiridos em leituras e trabalhos anteriores.

Eu, pessoalmente, nem sempre me dou ao trabalho dessa leitura preliminar; mas devo confessar que a falta dela me tem custado, em alguns casos, não poucos aborrecimentos e prejuízos.

Outra norma é a que recomenda pesquisar o contexto e a situação do autor e da

obra. Essa pesquisa tem por objetivo equipar o tradutor com [pág. 53] um máximo de informações sobre as condições em que o texto foi produzido, primeiro na mente do autor e por fim na sua forma escrita. Há muitos casos em que essa pesquisa decorre naturalmente da própria leitura preliminar, justificando-a mais uma vez.

Outra norma: comparar as traduções existentes do mesmo texto, na língua para a qual se vai traduzi-lo ou em outras. Essa comparação não deve servir para calcar a própria tradução em trabalhos alheios, numa espécie de “cola” colegial: o objetivo em mira é prevenir equívocos em que outros tradutores possam ter incorrido. Trata-se de um procedimento bastante útil, pois muitas vezes é mais fácil captar o verdadeiro sentido de um texto original em confronto com as várias interpretações que lhe deram outros leitores — e o tradutor nada mais é que um leitor especial.

Fazer um levantamento preliminar de trechos do original que se devam traduzir em bloco, em vez de palavra-por-palavra ou frase-por-frase; em muitos casos a tradução se fará por etapas, ou por degraus, por assim dizer, considerando pequenos períodos ou parágrafos. Isso também há quem recomende.

Mais uma norma: rever a primeira forma da tradução, depois de passado algum tempo. A idéia é a de, uma vez completado o trabalho de traduzir, numa espécie de rascunho, deixar esse rascunho “descansando” (como se faz com a massa de um [pág. 54] bolo), antes de passar a limpo a primeira tradução.

Então o tradutor fará uma revisão de toda a sua tradução; mas é recomendável que, para evitar, entre outras coisas, uma possível interferência do vocabulário ou da sintaxe da língua-fonte sobre a língua-meta, seja passado algum tempo. Por outro lado, esse breve tempo transcorrido entre a tradução e tal espécie de revisão, dará ao tradutor um certo distanciamento, que lhe tornará mais fácil trabalhar no próprio texto sem maior envolvimento pessoal.

Todos os pontos onde a tradução parecer obscura, ou confusa, devem ser marcados para novo confronto com o original: em muitos casos, a confusão ou obscuridade é fruto de uma interpretação não muito correta do texto a traduzir, e será tempo de clarificar o que ficou obscuro ou deslindar o que ficou confuso.

Também se recomenda ler em voz alta o texto da tradução, observando os elementos de estilo e ritmo da linguagem. A leitura em voz alta pode e deve ser ouvida por outras pessoas, ainda que leigas no assunto, e o tradutor fará bem em

aceitar quaisquer sugestões de quem o escute ler: pequeninas dificuldades são às vezes contornadas ou resolvidas mediante simples trocas de palavras ou de construções.

O tradutor deve também levar em conta as reações de outras pessoas diante da sua tradução: quando outras pessoas, que ouvem ou lêem, [pág. 55] encontram alguma dificuldade, que as leva a hesitações e dúvidas, o tradutor pode perguntar a essas pessoas o que foi que elas entenderam do texto que acabam de ouvir ou ler.

Há quem tenha seus melindres, mas é sempre de bom aviso (e há quem faça disso uma norma) submeter a própria tradução à apreciação de colegas competentes. Nem sempre é fácil contar com a disponibilidade de outros bons tradutores para lerem a tradução da gente e darem opinião a respeito. Existe também o perigo de algum colega consultado assumir ares de superioridade fora de lugar. Mas quando essa apreciação se faz em termos amigáveis e solidários, o tradutor pode ter nela uma ajuda muito valiosa.

Por fim, deve o próprio tradutor rever ou revisar o texto da sua tradução antes de o enviar para publicação. Nessa revisão final serão especialmente observados os detalhes de ortografia, alguns talvez já reparados em leituras precedentes. As editoras costumam ter seus próprios revisores; mas podem surgir dúvidas do revisor da editora quanto a algum detalhe da tradução, e é sempre bom o tradutor estar bem a par do resultado do seu trabalho; pode haver casos em que o revisor da editora apresente alguma sugestão — que o tradutor aceitará ou não, de acordo com sua própria visão do texto. [pág. 56]



TRADUÇÃO E COMUNICAÇÃO

O modelo mais simples do processo de comunicação refere-se apenas a uma mensagem que vai de um emissor para um receptor. Como as palavras “emissor” e “receptor” lembram muito as tecnologias do rádio e da televisão, alguns autores preferem falar de “fonte” em vez de emissor, e “destinatário” ou “destino” em vez de receptor — o qual também se pode chamar “recebedor”, denominação a meu ver preferível porque nem sempre a mensagem é recebida, e até mesmo respondida ou correspondida, pelas criaturas às quais era destinada.

É precisamente este o caso da tradução: o texto original costuma ter como público-alvo, por assim dizer, pessoas que falam a mesma língua do autor e com ele compartilham das mesmas contingências culturais e outras. Já o tradutor entra aí [pág. 57] em cena com o propósito de levar o mesmo texto, a mesma mensagem, a outro público, que não fala a língua do autor e sim a do tradutor, com outros envoltórios culturais, etc.

Na tradução, vista como processo de comunicação, o que se tem é um circuito continuado, por assim dizer, em duas fases ou em dois planos lingüísticos e culturais. Na primeira fase, a comunicação faz-se entre o autor e os leitores da língua original; na segunda fase, a comunicação é feita entre o tradutor e os leitores da língua da tradução.

A mensagem é o texto original, com seu conteúdo e a forma que o autor lhe deu. Pode-se dizer que o conteúdo é o que o autor quis dizer, e a forma é o que ele realmente disse, de uma certa maneira e com um certo resultado. A mensagem é assim a idéia que o autor tinha em mente quando se dispôs a emití-la de forma escrita. Nessa emissão, o autor transforma suas idéias em signos do código lingüístico em que tem maior desempenho (*performance*, em inglês), que costuma ser a sua própria língua pátria, ou língua materna.

O autor do original é assim o primeiro emissor, a primeira fonte, dessa mensagem por ele codificada em fonemas ou grafemas, em palavras ditas ou escritas

para serem ouvidas ou lidas pelo seu público. No caso dos textos ouvidos em uma língua e passados para outra, simultaneamente ou não, tem-se o que se convencionou chamar “interpretação”, e quem se incumbem dela é o “intérprete”. [pág. 58] A tradução refere-se definitivamente ao texto escrito.

Vejam agora os leitores do texto original, e suponhamos que um desses leitores é falante natural de outra língua. E que esse leitor especial, além de suficiente competência na língua do original, capaz de ler e interpretar qualquer mensagem nessa língua, é também senhor de um bom desempenho em sua língua pátria, em sua língua materna. E que esse leitor, por algum motivo entre mil, sente que pode e deve passar o texto original, lido em outra língua, para a língua que é afinal a sua, levando esse texto ao alcance dos leitores de sua língua, seus compatriotas enfim, que com ele compartilham de outras situações culturais.

O tradutor deixa então de ser um receptor da mensagem original, emitida pelo autor como fonte primeira, e passa a atuar como segunda fonte, codificando ou recodificando aquela mensagem através de signos e combinações de signos do código lingüístico ao qual está mais afeito, que é o da sua própria língua; e essa segunda mensagem, a tradução, emitida por essa segunda fonte, que é agora o tradutor, tem como destinatário um segundo leitor, cuja competência é naturalmente maior em sua própria língua, que é também a língua do tradutor e da tradução, sem que desse leitor se exija qualquer conhecimento da língua em que foi escrito o texto original.

O conhecimento da língua do original, por parte [pág. 59] do leitor ou ouvinte da tradução, pode ser útil, em alguns casos, para um bom entendimento da mensagem. Quando a gente ouve, na televisão, um personagem de filme norte-americano dublado (traduzido para essa dublagem) dizer para outro: “Não me puxe” ou “Não me empurre”, e a cena em vídeo mostra uma distância tal que não permitiria a qualquer deles puxar ou empurrar o outro, o telespectador com algum conhecimento de inglês coloquial percebe logo que a tradução foi malfeita, e que o *Don't push me* do texto original deveria ter sido traduzido por “Não me force” ou “Não insista”, por exemplo, em vez de “Não me empurre”, ou ainda pior, “Não me puxe”...

Mas nem todos os erros de tradução podem ser assim facilmente detectados, e

na maior parte dos casos o leitor fica na inteira dependência das qualificações do tradutor, quando a estrutura do texto traduzido não deixa ver nas entrelinhas as linhas do original, nem avaliar o que afinal se perdeu na tradução.

E o que é que se perde, numa tradução?

O poeta norte-americano Robert Frost dizia que “poesia é aquilo que se perde na tradução”. Já o poeta alemão Goethe dizia que “o que há de melhor numa poesia é o que ela *não* perde quando traduzida”. E agora? Palavra contra palavra, poeta contra poeta...

O fato é que, na opinião dos mais eminentes estudiosos, perda sempre existiu e sempre há de [pág. 60]



existir, em todo e qualquer processo de comunicação. Essas perdas de informação decorrem de algo que os comunicadores conhecem como “ruído”: ruído é tudo quanto perturba ou dificulta a recepção da mensagem. Se a mensagem, para nós, é a idéia que o autor do texto original tinha na cabeça quando resolveu pô-la em preto no branco, por escrito — ruído, para nós, há de ser tudo que atrapalhe ou impeça uma boa chegada dessa idéia à mente do leitor da tradução.

Esse “ruído” pode ser da “fonte”: por exemplo, se o autor do original não tiver da própria língua um domínio tal que lhe permita expressar com clareza ou beleza as suas idéias. Se o autor do original não tem um bom desempenho no trato do seu próprio código lingüístico, sua mensagem será mal codificada, e já partirá da fonte em condições desfavoráveis para sua recepção e decodificação e interpretação por parte do destinatário. Muita gente queixa-se de “incomunicabilidade” dentro da própria língua: é gente que não tem da própria língua um conhecimento suficiente, gente que não dispõe de um vocabulário suficientemente amplo ou que não domina bem as maneiras de combinar os vocábulos em frases, as frases em períodos, e assim por diante. Isso dificulta ou impede a comunicação.

O “ruído” pode ser do código. Por exemplo: sabe-se que os esquimós têm um variadíssimo vocabulário para designar a neve — neve que cai, [pág. 62] neve que vai cair, neve que já caiu, neve que acabou de cair, neve que caiu hoje de manhã, hoje de madrugada, ontem de noite, ontem de tarde, neve solta, neve compacta — e para cada uma dessas várias “neves” há uma palavra ou expressão especial, inconfundível, mesmo porque a neve faz parte da vida de cada esquimó e de sua comunidade. Para um habitante de país tropical, como o Brasil, entretanto, para todos esses tipos de neve, que o esquimó diferencia com tamanha precisão vocabular, a neve é neve, e nada mais, tendo como seus atributos sua frieza ou sua brancura (Branca de Neve, etc.). Se um brasileiro precisar traduzir para um esquimó um texto em que haja referência a neve, deixará seu leitor na falta de maiores esclarecimentos, pois nossa língua não dispõe de tantas palavras para designação de uma coisa só, a “neve”, afinal. Por sua vez, se um esquimó precisar traduzir para a sua tribo um texto brasileiro onde se leia a palavra “neve”, ele há de ficar sem saber que tipo de neve será esse... A comunicação estará prejudicada, em ambos os casos, por deficiências dos códigos lingüísticos será o caso de “ruído” do código.

O “ruído” na comunicação pode ser ainda do destinatário ou receptor: se o leitor de um texto, original ou traduzido, não tiver, da língua do autor ou do tradutor, um conhecimento razoável, que faça dele um leitor competente, nem sempre lhe será possível decodificar a mensagem, compreendê-la **[pág. 63]** muito menos.

Por sua vez, todos os teóricos da comunicação anunciam e garantem que em todo processo comunicativo há perda. Se quisermos situar a tradução como um processo de comunicação — interlingüístico ou interlingual, entre línguas diferentes; ou intralingual, dentro da mesma língua — as perdas de informação serão consideradas fator implícito no processo.

E a soma de tais fatores estabelecerá os limites da traduzibilidade.

(Como exemplos de tradução “intralingual”, podem citar-se as edições de Gil Vicente em português moderno, ou de Shakespeare em inglês moderno, ou de Dante Alighieri em italiano moderno, e assim por diante.) **[pág. 64]**



LIMITES DA TRADUZIBILIDADE

Há quem diga que tudo se traduz: tudo quanto se deixa expressar em uma língua pode ser expresso em qualquer outra. E há quem diga que nada se traduz, e que umas tantas coisas não podem ser ditas nem na própria língua da gente, quanto mais passadas de uma língua para outra.

Entre essas duas opiniões, tão extremadas e radicais, cabe a ponderação, muitas e muitas vezes confirmada pela prática, de que há textos mais traduzíveis e textos menos traduzíveis, relativamente, em vez de textos traduzíveis ou intraduzíveis, absolutamente.

Expondo à prova da prática a teoria, o que se vê, em primeiro lugar, é que a traduzibilidade de qualquer texto depende das semelhanças ou diferenças de estrutura entre a língua-fonte e a língua-meta; em segundo lugar, a traduzibilidade [pág. 65] de qualquer texto depende do seu grau de inteligibilidade — é impossível traduzir-se o que não se consegue entender bem.

Por outro lado, ainda que muitíssimo bem entendido um texto, o fato é que em alguns casos a tradução desse texto fica na dependência de fatores que fogem à competência e ao desempenho lingüístico do tradutor.

John Cunnison Catford, ensaísta inglês já citado, diz que a intraduzibilidade pode ser lingüística ou não-lingüística. A intraduzibilidade lingüística acontece toda vez que se trata de uma ambigüidade peculiar à língua-fonte e que no texto assume importância principal, como no caso dos trocadilhos, por exemplo. De outras vezes a intraduzibilidade resulta de não existirem situações idênticas na cultura de uma língua e na da outra.

Exemplo de intraduzibilidade lingüística ocorre em nossa língua com a palavra “saudade”, que já se escreveu “soidade” e que vem do latim *solitate* (soledade, solidão). Mas a palavra luso-brasileira “saudade” quer dizer realmente muito mais do que “soledade” ou “solidão”: é um tipo de “solidão” que consiste na falta ou na ausência de alguém ou de algo. Há na língua alemã a palavra *Sehnsucht*, que se

poderia traduzir como “busca de ver” alguém ou alguma coisa, ou “gana de ver” essa pessoa ou essa coisa; mas *Sehnsucht* não é “saudade”. Há as palavras inglesas “missing” ou “longing”, [pág. 66] “falta” ou “querência” talvez, e que talvez as duas combinadas pudessem dizer o que a gente diz com “saudade”. Há a palavra espanhola *nostalgia*, mas “nostalgia” em nossa língua é outra coisa. Há em francês a palavra *besoin*, que é “necessidade” e não “saudade”.

Citei, num dos capítulos anteriores, quantos nomes um esquimó pode dar à neve, de acordo com circunstâncias que para ele são importantes e cuja importância reflete-se no vocabulário.

Há uma palavra da língua dos índios Navarros (em espanhol, *Navajos*; em inglês, *Navahos*) que designa ao mesmo tempo as cores azul, verde e rosa. Essa palavra é *dutl'iz*. Os antropólogos norte-americanos, toda vez que deparam com essa palavra num texto indígena a traduzir para o inglês, usam, no lugar dela, uma sigla (*bogop*) escrita com as iniciais dos nomes dessas três cores na língua inglesa: *blue* (azul) *or* (ou) *green* (verde) *or* (ou) *pink* (cor de rosa). Assim, pelo fato de não haver, para os Navarros (*Navajos*, *Navahos*) diferença entre as cores azul e verde e rosa, a palavra *dutl'iz*, da língua deles, é praticamente intraduzível em qualquer outra língua.

Aí está um caso de intraduzibilidade lingüística: não se encontram, na língua-fonte e na língua-meta, palavras ou expressões que digam a mesma coisa.

E os exemplos poderiam ser aqui apresentados em grande número, ao qual certamente o leitor [pág. 67] seria capaz de acrescentar exemplos que são do seu conhecimento e não do nosso.

Resta ainda a questão da intraduzibilidade não-lingüística, quando certas palavras ou expressões não podem ser traduzidas por não se encontrarem, na cultura da língua-fonte e na cultura da língua-meta, situações que se correspondam ou equivalham.

Existe o caso de *baby-sitter*, que se poderia decalcar como “sentadora de bebê” numa expressão gaiata que nada tem a ver com a seriedade do serviço prestado por esse elemento da cultura urbana norte-americana.

Ainda Catford cita o caso de *sauna*, palavra finlandesa, que, embora tomada de empréstimo pela nossa língua, tem um significado muito peculiar: a palavra

finlandesa *sauna* pode ser até certo ponto traduzida como “banho de vapor” ou “banho turco” mais ou menos “público” — é não é bem isso o que se quer dizer entre nós, no Brasil, onde “sauna” é algo mais ou menos privado.

Diz-se que a intraduzibilidade pode ser então lingüística, num caso como o de “saudade”, em que certamente o sentimento saudoso encontra-se tanto nos falantes da língua portuguesa quanto em falantes de outras línguas, nas quais todavia não existe uma palavra como a nossa para defini-lo; ou pode ainda a intraduzibilidade ser cultural, em casos como os de *baby-sitter* ou *sauna*, quando não se encontra, na cultura do povo que fala uma [pág. 68] língua, situação igual ou semelhante à vida cultural normal do povo que fala a língua para a qual se pretende traduzir a palavra do original: evidentemente, não havendo o objeto ou o fato, não há necessidade de palavra ou grupo de palavras para designá-lo.

Paulo Rónai, exímio tradutor e professor de línguas, diz, entre outras coisas, que até os sinais de pontuação podem ter significados diferentes, em várias línguas, e que não podem ser passados de uma língua para outra, de um texto para outro, tal e qual se encontram na primeira delas, ou no primeiro deles.

E Rónai cita ainda o caso da linguagem gestual, eventualmente descrita em algum texto jornalístico ou literário: impossível, ou pelo menos incorreto, dizer sempre que alguém respondeu à pergunta de outrem balançando a cabeça para a frente e para trás, quando na Turquia, por exemplo, esse movimento de cabeça quer dizer “não”, e no Brasil quer dizer “sim” como em Portugal.

E cabe aqui mais uma vez a velha série de perguntas que se fazem, ao longo dos tempos, os teóricos da tradução:

- Deve uma tradução ler-se como uma obra original, ou ostensivamente como uma obra traduzida?
- Deve uma tradução apresentar-se com o estilo do seu autor, ou com o estilo do seu tradutor? [pág. 69]
- Deve uma tradução dar a impressão de ser uma obra da época do seu autor, ou da época do seu tradutor?

Aí ficam as perguntas, mais de uma vez respondidas, por mais de um tradutor

prático ou teórico, cada qual com a sua opinião, abrindo-se a questão para que também o leitor dê a sua, a qual por certo refletirá alguns dos seus pontos de partida para avaliar as qualidades de uma tradução. [pág. 70]



QUALIDADES DE UMA TRADUÇÃO

Já vimos que uma tradução, para ser considerada boa, depende de uma série de fatores, objetivos uns, subjetivos outros: se o leitor compartilha da opinião de que deve ser condenada qualquer tradução em prosa de um original em verso, até mesmo excelentes traduções de verso em prosa não de ser para ele abomináveis.

Um fato inegável é que, para traduzir bem qualquer texto, o tradutor deve sentir-se de algum modo atraído ou motivado, ou pela forma ou pelo conteúdo dele, ou pelo autor, ou pela cultura do lugar a que se refere o texto a traduzir.

Claro está que nem a mais perfeita das traduções poderá jamais igualar o texto original com todos os recursos expressivos da língua ao dispor do seu autor no momento em que o escreveu. Há quem [pág. 71] compare a tradução a uma cópia que se encomenda, de uma estátua em mármore, a um escultor que não dispõe de mármore; a cópia há de ser feita em gesso ou barro ou madeira ou qualquer outra pedra, e poderá até mesmo ficar mais bonita que a peça copiada, porém não será jamais a mesma estátua em mármore original.

O tradutor norte-americano Eugene Nida, que há muitos anos chefia nos Estados Unidos uma equipe de revisão e atualização de traduções da *Bíblia Sagrada*, a American Bible Society, diz que, quando se pergunta se uma tradução é melhor ou pior que outra, a resposta há de *ser* buscada *na* que se der a esta outra pergunta: “melhor para quem?”. O que Nida quer dizer é que o julgamento das qualidades de uma tradução depende do objetivo a que ela seja destinada.

Exemplo dado: uma tradução brasileira moderna da tragédia de *Hamlet*, que o clássico inglês William Shakespeare escreveu em versos, como era de praxe no teatro do seu tempo, e com palavras e expressões de uso corrente no ambiente em que ele vivia, feita essa tradução igualmente em versos e com palavras da língua portuguesa do século XVI, com os necessários esclarecimentos em fartas e amplas notas de pé de página, será excelente para qualquer estudo universitário do teatro ou da linguagem ou dos costumes da Inglaterra seiscentista.

Uma tradução da mesma peça *Hamlet*, feita [pág. 72] em prosa e com as mesmas informações adicionais, será a melhor para o leitor que não gosta de versos. Uma tradução da mesma peça em linguagem bastante fluente, com as indispensáveis informações adicionais inseridas nas falas dos personagens, a fim de facilitar o entendimento dos espectadores quando forem ver e ouvir, num teatro de hoje, alguma encenação moderna de *Hamlet*, será a melhor de todas para os objetivos teatrais.

Perguntará talvez o leitor: — “E essas traduções horríveis que a gente vê e ouve nos filmes de televisão?”

Repito: essas traduções “horríveis” não depõem contra a tradução em si, mas contra os maus tradutores, despreparados e mal remunerados, que as fazem de qualquer maneira, mais ou menos em cima da perna, como se diz, e nem são chamados a assumirem a responsabilidade dos maus serviços que prestam: o leitor há de lembrar-se de que, chegada a hora dos chamados “créditos” da maioria dos filmes televisados, com aquela porção de letrados onde se diz quem fez o que no filme, a tradução é quase sempre apresentada como “versão brasileira” de tal ou qual laboratório cinematográfico; nunca, ou dificilmente, lê-se o nome de quem fez pessoalmente a tradução para as legendas ou para a dublagem.

Encontram-se também, às vezes, traduções malfeitas com a assinatura de tradutores considerados bons. E o leitor se pergunta: — “Como é que [pág. 73] Fulano, com tanto renome de tradutor ou de escritor, traduziu isto por aquilo, como qualquer principiante?”

Resposta: é que, em muitos casos, o tradutor de renome apenas empresta, ou aluga, o seu nome para uma tradução... Explicando: muitas vezes o tradutor renomado recebe proposta de fazer uma tradução, mas ele está no momento *sem* tempo disponível para realizar pessoalmente o trabalho; e ele então “subloca” a tradução, dá o texto para algum principiante traduzir e divide com ele a magra remuneração que se costuma pagar no Brasil ao tradutor. Para o tradutor de renome, qualquer parte dessa remuneração (geralmente a metade), ainda que magra, já é lucro, pois nenhum esforço lhe custou. E assim é que se vêem às vezes “grandes” nomes de tradutores encimando traduções de qualidade inferior.

E esse é um dos problemas éticos, além de financeiros, que os tradutores

procuram solucionar através das suas associações de classe. [pág. 74]



ASSOCIAÇÕES DE TRADUTORES

No domínio da tradução, como nos de muitas outras atividades, encontram-se aqueles que traduzem porque precisam, porque têm na tradução o seu ganha-pão, e também aqueles que trabalham por desfastio, por acharem que podem fazer uso de algum conhecimento de línguas estrangeiras, ganhando com isso uns trocados além dos respectivos orçamentos.

Isso divide a força de trabalho dos tradutores: há alguns que lutam conscientemente pelos seus direitos patrimoniais, pelo pagamento condigno dos seus serviços enfim, e outros que se dão por muito satisfeitos quando algum usuário faz a “gentileza” de os distinguir com a encomenda ou a utilização de alguma traduçãozinha deles.

A concorrência desleal desses distintos resulta em aviltamento do mercado de trabalho, e torna [pág. 75] mais difícil a luta dos profissionais, os quais, para melhor poderem conduzir a luta por suas reivindicações, organizam-se em associações e sindicatos: no Rio de Janeiro fundou-se, há cerca de dez anos, a Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES), que mais recentemente deu origem a uma Associação Profissional de Tradutores do Rio de Janeiro, com vistas à transformação em sindicato.

Uma das lutas da ABRATES tem sido pela regulamentação da profissão de tradutor em nosso País, regulamentação essa que só poderá ocorrer depois de reconhecida oficialmente a profissão. Mas o reconhecimento e a regulamentação esbarram sempre em interesses velados, mas bem ponderáveis economicamente, dos usuários do produto do trabalho dos tradutores (editores de livros e filmes etc., entre outros).

Outra luta da ABRATES tem sido pela sistematização das relações entre o capital e a mão-de-obra, por meio de um contrato-padrão de edição ou uso da tradução. Projetos de contratos vão e vêm, pelas gavetas dos interessados, e nunca chegam a tomar uma forma definitiva, aceitável por ambas as partes.

Enquanto não se aprova e não se adota esse contrato-padrão, enquanto não se cria para os tradutores profissionais uma entidade sindical apta a dirimir pendengas entre usuários e produtores de traduções, o trato (sem contrato) entre [pág. 76] editores e tradutores, de livros ou de filmes, continua na dependência direta das boas relações que mantenham uns e outros: um tradutor amigo de um editor pode merecer, por força dessa amizade e não de alguma lei que reja a questão, melhores condições de remuneração, não só quanto ao pagamento por página traduzida, mas também quanto ao prazo decorrido entre a entrega do trabalho e o recebimento da paga respectiva.

E talvez seja tempo de lembrar que a categoria profissional dos tradutores abrange uma ampla e variada quantidade de militantes e diletantes: há os tradutores de livros, os tradutores de filmes, os tradutores de teatro, os tradutores juramentados (públicos), os tradutores técnicos, e os tradutores que trabalham sob as denominações de secretários bilíngües ou plurilíngües, auxiliares de escritório, etc.

Os funcionários de empresas particulares ou estatais nem chegam a assinar as traduções que realizam, e que em geral fazem parte da massa de documentos da instituição a que servem. Os tradutores autônomos, que não têm vínculo empregatício com nenhuma empresa ou repartição, são em geral os mais empenhados no encaminhamento e na solução dos problemas profissionais através das associações de classe.

A remuneração do tradutor público juramentado, legalmente autorizado a traduzir documentos, é estabelecida por disposição oficial, que determina [pág. 77] quanto lhe há de ser pago por lauda ou por linha traduzida.

Os tradutores de peças teatrais têm a sua remuneração cuidada pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que há mais de meio século cobra os direitos do autor e do tradutor de qualquer peça ou roteiro encenado em qualquer ponto do território brasileiro. A SBAT atua em combinação com a Polícia: a Polícia só autoriza a encenação de qualquer espetáculo, que não seja absolutamente reservado e gratuito, mediante apresentação de uma autorização especial da SBAT, a qual por sua vez só dá essa autorização mediante o recolhimento dos direitos do autor e/ou do tradutor. Como a praxe internacional, amparada em convenções das quais o Brasil tem sido signatário, manda que se paguem ao autor dez por cento da importância

apurada na venda de livros e ingressos, a SBAT cobra cinco por cento para remessa ao autor estrangeiro e cinco por cento para serem creditados ao tradutor brasileiro, descontada naturalmente uma comissão ou taxa de serviços da qual vive a Sociedade.

Quanto aos tradutores de livros — costumam ser esses os mais mal pagos da categoria. Quando traduzem obra de autor estrangeiro pertencente ao domínio público, ao cabo de uns quantos anos passados da sua morte, os tradutores recebem direitos de autor, normalmente calculados na proporção de dez por cento sobre o preço de [pág. 78] capa de cada exemplar vendido. Nos casos de autores estrangeiros “protegidos”, como se diz daqueles que ainda percebem, pessoalmente ou por seus herdeiros, os respectivos direitos autorais, esses direitos costumam ser pagos ao autor estrangeiro, sim, mas incluindo-se neles um adiantamento preliminar (*à valoir*), que o editor costuma pagar em moeda forte e sem pestanejar; onde o editor pestaneja e pechincha é no pagamento ao tradutor nacional, sem cujo trabalho aliás não seria possível levar nenhuma obra estrangeira ao alcance dos nossos leitores.

Houve tempo em que as editoras de livros no Brasil pagavam a seus tradutores, por lauda traduzida, devidamente datilografada e revista, o equivalente a um dólar norte-americano; algumas pagavam dois dólares ou mais que isso. Hoje em dia (estamos em 1985) não sei de nenhuma editora que pague, por lauda traduzida, o equivalente a dois dólares. [pág. 79]



INDICAÇÕES PARA LEITURA

Para o leitor que só lê a nossa língua, recomendam-se uns quantos livros de autores brasileiros, nativos ou naturalizados :

* * *

Escola de Tradutores, de Paulo Rónai. O professor Paulo Rónai aprendeu português ainda na Hungria, onde nasceu e se formou. É perito em literatura européia, com tese universitária sobre Balzac. Veio para o Brasil por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Aqui, em parceria com Aurélio Buarque de Holanda, traduziu uma seleção de contos de vários países, publicada em vários volumes com o título geral de *Mar de Histórias*. Antes disso dirigiu, para a Editora Globo, de Porto Alegre, a tradução de toda *A Comédia Humana*, do seu Balzac. Foi Paulo Rónai quem afinal fundou a Associação Brasileira de Tradutores, concretizando um antigo sonho do saudoso jornalista Osório Borba, também ele tradutor habilíssimo. Neste livro *Escola de Tradutores*, de leitura fácil e agradável, Rónai aborda [pág. 80] vários aspectos da arte ou técnica de traduzir, acrescentando, à sua vasta cultura humanística, o seu conhecimento e a sua experiência de tradutor incansável. É um livro de cem páginas, mais ou menos, que se lê com proveito e prazer. A edição que tenho é a primeira, da Livraria São José em 1956, mas este livro já está em sua quarta ou quinta edição. São ao todo 93 páginas, incluindo um comentário sobre *A arte de traduzir* de Brenno Silveira e outro sobre *As belas infiéis (Les Belles Infidèles)* do francês Georges Mounin.

* * *

A Tradução Vivida, de Paulo Rónai. É ainda o mestre, com a sua longa e sempre renovada vivência intelectual, retomando de algum modo o fio da meada do

livro anterior, para levar mais longe as suas observações. Neste segundo livro, Paulo Rónai começa com a apresentação e comentário de uma série de definições da tradução e do tradutor, inclusive dos requisitos do tradutor ideal e alguns “palpites para o aprendizado do ofício” de tradutor.

Ainda neste livro, Rónai denuncia algumas “armadilhas da tradução”, pois, como ele diz, “o caminho do tradutor está ladeado de armadilhas” em toda a sua extensão; neste livro também se estudam os limites ou as limitações da tradução, e alguns abusos dos tradutores. Num dos capítulos o autor fala da sua experiência enquanto diretor da tradução da obra de Balzac, de que já falamos. Há um capítulo sobre “as falácias da tradução” e outro sobre “o desafio da tradução poética”.

A edição que tenho é da Educom em 1976, com 156 páginas; mas já existem edições mais recentes, revistas e aumentadas. [pág. 81]

* * *

A Arte de Traduzir, de Brenno Silveira. Neste livro, o autor fala da sua experiência à frente de uma equipe de tradutores contratados por uma grande editora de São Paulo: a editora pretendia não apenas ter traduzidas as obras que pretendia publicar, mas também formar um novo corpo de tradutores de sua confiança, incluindo uma boa equipe de revisores de textos traduzidos. Neste livro, Brenno Silveira faz de início uma série de considerações sobre a linguagem e seus usos, no original e *na* tradução. Fala, a seguir, dos chamados “falsos amigos”, que são palavras aparentemente fáceis de traduzir, tanto mais quanto mais se assemelham nas maneiras como são escritas na língua-fonte e na língua-meta, e que, apesar de tão parecidas na forma, querem dizer coisas bem diferentes numa língua e na outra. Como a grande massa dos textos propostos para serem traduzidos era escrita em língua inglesa, obras inglesas mesmo ou norte-americanas, vários dos capítulos deste livro tratam da tradução inglês-português e suas dificuldades. No capítulo final, o autor enumera alguns dos “instrumentos de trabalho do tradutor”. (Um respeitável tradutor de livros, meu velho conhecido, costuma dizer que, entre os “instrumentos de trabalho”, o tradutor profissional há de incluir uma boa cadeira, pois nela há de passar a maior parte do seu tempo.) O livro contém ainda listas parciais de “falsos

amigos” em espanhol, italiano e francês, e uma parte onde se analisam trechos de traduções boas e más — principalmente más, diz ele — publicadas em Portugal e no Brasil. A edição que tenho é da Melhoramentos de São Paulo, sem data, com 154 páginas.

* * *

Tradução: Ofício e Arte, de Erwin Theodor. O autor, professor da Universidade de São Paulo e do Curso de [pág. 82] Tradução da Faculdade Ibero-Americana, também em São Paulo, começa fazendo um rápido histórico da tradução “desde a Torre de Babel”. Na parte destinada ao “ofício”, fala da formação do tradutor, da especialização profissional e da tradução eletrônica. Na segunda parte, referente à “arte” da tradução, aborda problemas da tradução, da versão, e da recriação, com uma parte onde compara e analisa traduções de textos famosos da literatura estrangeira, de certo modo “desfigurados” por alguns tradutores brasileiros. A edição que tenho é da Cultrix, em coedição com a USP, em 1976, com 150 páginas.

* * *

Uma Teoria Lingüística da Tradução, de John Cunnison Catford. Originalmente escrito em inglês, *A linguistic theory of translation*, já tem sido traduzido em outros idiomas: tenho, além do original, publicado em 1965 em Londres, pela Ely House, ligada à Universidade de Oxford, uma tradução em espanhol, publicada pela Universidade Central da Venezuela, em 1970. No Brasil, a tradução foi realizada por uma equipe de alunos e professores do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês, do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O que se tem neste livro, como diz o título, é um estudo da tradução em bases lingüísticas, e o livro abre-se com um amplo resumo de teoria lingüística geral com possível aplicação no estudo da tradução. Todas as noções são bem exemplificadas e o leitor cuidadoso sairá da leitura deste livro com uma idéia razoável do que a Lingüística pode oferecer à tradução. A

edição que tenho em português é da Cultrix, de 1968, com 123 páginas. [pág. 83]

* * *

A Tradução Científica e Técnica, de Jean Maillot, muito bem traduzida pelo professor Paulo Rónai. Apesar do título aparentemente especializado, este livro aborda questões da arte e da técnica da tradução numa linguagem das mais simples e agradáveis. Pode-se dizer que o livro divide-se em duas partes: na parte final vêm as indicações mais voltadas para a ciência e para a técnica, em matéria de tradução, e na parte inicial incluem-se estudos tradutológicos de ordem geral, desde a equivalência de palavras e expressões, nos casos de polissemia e outros, até questões de estilo e características peculiares de cada língua, passando pela questão dos “falsos amigos”, no capítulo terceiro, onde se estudam as semelhanças externas e internas das palavras nas diversas línguas. Há um importante capítulo sobre o uso dos dicionários e os cuidados que o tradutor deve ter quando os usa. A primeira edição brasileira é de 1975, publicada pela editora McGraw-Hill, com 196 páginas; essa edição teve o apoio da Universidade de Brasília.

* * *

Teoría y Práctica de la Traducción, de Valentín Garcia Yebra. Se o leitor é capaz de ler e entender com facilidade o espanhol, aí tem um precioso e atualizado “manual do tradutor”, se assim se pode dizer. É uma obra em dois volumes, com prefácio de Dámaso Alonso, um dos maiores lingüistas da Espanha. A primeira parte abre-se com um bosquejo de idéias gerais sobre a tradução e os fatores que intervêm na tradução, no plano gráfico e no plano fônico da língua. Na segunda estudam-se os vários tipos de tradução e alguns dos seus “procedimentos técnicos”. Na terceira parte estudam-se principalmente as discrepâncias que podem ocorrer na tradução oblíqua, em relação ao [pág. 84] emprego das diversas categorias gramaticais. É neste livro que Yebra expõe a sua “regra de ouro” de toda tradução: “dizer tudo o que está dito no original, não dizer nada que não esteja dito no original, e fazer isso com o máximo de naturalidade e correção que permita a língua para a qual se

traduz”. É um lançamento da Editorial Gredos, de Madrid, em 1982, com um total de 873 páginas.

* * *

Teoria e Storia della Traduzione, de Georges Mounin. Se o leitor lê e entende bem o italiano, tem neste livro uma excelente introdução à tradutologia. Georges Mounin, um dos mais acatados teóricos da tradução no mundo moderno, escreveu este livro em francês, sua língua materna, com o título *Traductions et Traducteurs*, por encomenda da editora Einaudi, de Torino, Itália. A tradução italiana é de Stefania Morganti. O livro começa com um apanhado da tradução em nossos dias, incluindo algumas definições da tradução. Expõe, a seguir, uma série de informações sobre a história da tradução em várias épocas e em diversos países, e dedica um bom número de páginas ao estudo de alguns problemas modernos da tradução; alguns destes estudos resultaram posteriormente em outro livro, sobre *Os Problemas Teóricos da Tradução*. A parte final do livro focaliza especialmente a figura do tradutor, como escritor e como profissional da tradução, com a sua remuneração por serviços prestados ou em forma de direitos de autor ou ainda como salário. A edição que eu tenho é a quinta, sem data, com 227 páginas.

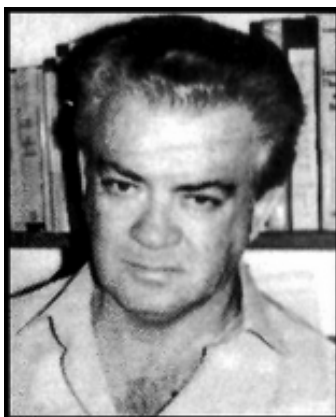
* * *

Toward a Science of Translating, de Eugene Nida. Para [pág. 85] o leitor que pode ler e compreender inglês, este livro de Nida, um teórico bem conhecido e reconhecido em todo o mundo, constitui obra de consulta indispensável: é um repositório confesso de ensinamentos que o autor foi recolhendo ao longo da sua própria experiência de tradutor na América Latina, na África e na Ásia, durante anos. E o próprio Nida reconhece que, embora muito útil para o tradutor da *Bíblia*, é em sua essência um manual prático de tradução, incluindo observações trazidas dos campos da Linguística, da Antropologia e da Psicologia, passando naturalmente pelo da Comunicação.

* * *

Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais, de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet. Para quem lê francês, este é o livro indispensável em matéria de tradução. Já os autores lhe deram uma espécie de subtítulo: “método de tradução” (*méthode de traduction*). É possível dizer que deste livro de Vinay e Darbelnet descendem muitos outros sobre o assunto, inclusive o de Gerardo Vázquez-Ayora, *Introducción a la traductología*. Vinay e Darbelnet começam com “noções de base” e apresentam as idéias das unidades de tradução e dos procedimentos técnicos dessa discutida arte ou técnica. Praticamente todos os livros que apareceram posteriormente sobre tradução, fazem referência, expressa ou velada, ao trabalho de Vinay e Darbelnet. A primeira edição não se encontra no mercado; a segunda edição é de 1972, lançada em Paris pelo editor Marcel Didier, com 331 páginas. [pág. 86]





Biografia

Nasci em São José do Calçado, pequena cidade do Espírito Santos, a 28 de fevereiro de 1924. Fui aluno do Colégio Pedro II, Internato. Durante a Segunda Guerra Mundial, fui piloto de navios do Lloyd Brasileiro; finda a guerra, ganhei a condição de civil ex-combatente. Leciono, desde sua fundação em 1969, na Escola de Comunicação da UFRJ, onde em 1980 me fiz Mestre em Comunicação, com um trabalho (publicado) sobre *Tradução e ruído na comunicação teatral*, e em 1985 defendi tese de doutoramento sobre *O ato criador na tradução*. Publiquei meu primeiro livro de poemas, *Rosa dos rumos*, em 1950: pertenço à chamada “geração de 45” na história da literatura brasileira. Tenho publicado traduções desde que publiquei, em jornais e revistas, meus primeiros poemas e contos. Fui presidente da Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES), e tenho ministrado cursos de tradução em várias universidades brasileiras. Tradução é para mim algo de muito sério, e é disso que falo neste livro.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como “segunda visão”.



Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



As novidades surgem aqui.

Venha nos conhecer

http://groups.google.com/group/expresso_literario